



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhores Acionistas, Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil") e "Companhia", relativos aos períodos findos em 28 de fevereiro de 2019 ("2018") e 28 de fevereiro de 2018 ("2017"), acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

1. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no mercado especial denominado Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", que se dedica ao beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de arroz, feijão, açúcar, pescados enlatados (sardinha e atum), dentre outros alimentos. A Companhia possui atuação no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, com portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores. A Camil possui 26 unidades de processamento e 16 centros de distribuição na América do Sul. Temos 14 unidades industriais no Brasil que atendem as categorias de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, possuímos 7 plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, 2 no Chile e 3 no Peru. As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa no setor de arroz, e desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e/ou marcas de alimentos no Brasil e em alguns dos principais países da América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas, incluindo Camil, Namorado, União, Da Barra, Coqueiro e Pescador no Brasil, Saman no Uruguai, Tucapel no Chile, e Costeño e Paisana no Peru. Com essas marcas a Companhia possui uma posição destacada nos mercados em que atua.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi um dos mais desafiadores da história da Companhia, com conquistas de importantes objetivos, eventos relevantes que impactaram o desempenho do exercício, desafios superados e reforço dos pilares para retomada de nosso crescimento. O ano foi fundamental para construção das bases que reforçam nosso comprometimento com competitividade e eficiência em vendas, investimento em nossas marcas líderes de mercado, expansão em novas geografias e consolidação da estratégia de crescimento ao concretizar a aquisição da SLC Alimentos. Iniciamos o ano com um cenário extremamente desafiador: i) patamares baixos de preços em grãos; ii) alta competitividade em açúcar; iii) mercado de pescados em queda; iv) queda de vendas no Uruguai; e v) greve dos caminhoneiros no Brasil. Os efeitos da greve dos caminhoneiros trouxeram impacto relevante para as vendas em todas as categorias no primeiro trimestre de 2018 e elevou o patamar de custo de fretes da Companhia durante o restante do ano. Ao longo do ano, apesar de observarmos a recuperação dos preços de grãos, tivemos redução rápida dos preços de arroz em novembro de 2018, que afetaram as compras de arroz pelo varejo no 3T18. Nossa performance e rentabilidade em açúcar permaneceu pressionada ao longo de 2018, em função da alta competitividade de mercado. Estes efeitos afetaram o resultado esperado pela Companhia no ano, pressionando as margens e a rentabilidade do período. Em pescados, investimos em importantes iniciativas para melhorar a rentabilidade e competitividade de preços, recuperando vendas ao longo do ano. Em nossas operações internacionais, registramos vendas fracas no Uruguai e no Peru, mas observamos a contínua performance positiva em nossas operações no Chile. Por outro lado, não esperamos que a recuperação econômica se concretizasse para agimos. Investimos em fábricas modernas e automatizadas em Recife, nos auxiliando na expansão do Nordeste em todas as categorias, e em Barra Bonita/SP, com objetivo de aumentar nossa competitividade e eficiência em açúcar. Lançamos novos produtos focados em praticidade e saúde, anunciamos uma parceria para o desenvolvimento de novo produto sustentável na categoria de adoçantes e readequamos a distribuição de nossa produção, com o objetivo de aumentar nossa eficiência logística e redução da incidência. E por último concretizamos a aquisição da SLC Alimentos, a 5ª maior empresa do setor de grãos no Brasil. A aquisição da SLC Alimentos reforça a execução da estratégia de consolidação do mercado brasileiro de grãos. A SLC Alimentos trouxe uma importante complementariedade de portfólio e de regiões de atuação, permitindo a ampliação da nossa liderança no mercado. Focamos no trabalho de integração e otimização de nossas operações de forma ágil e eficiente, com obtenção de sinergias que superaram nossas expectativas, concluindo esse processo no dia 1º de março de 2019 com a incorporação da empresa pela Camil Alimentos. Reforçamos que a aquisição foi um passo importante para nossa estratégia de crescimento pautada por aquisições de marcas fortes e expansão geográfica em mercados chave. Reconhecendo a necessidade de medidas adicionais para enfrentar um cenário adverso e acelerar nosso processo de retomada de vendas e crescimento, desenvolvemos projetos e adotamos medidas de curto prazo para retomada da nossa competitividade e ganho de eficiência em nossa operação, por meio de: i) redução de custos e despesas e otimização de investimentos em marketing; ii) reavaliação da produção em nossas plantas e malha logística, com otimização da eficiência e sinergias após a aquisição da SLC Alimentos; e iii) gerenciamento do endividamento da Companhia, realizado durante os últimos dois anos. Destacamos que os resultados apresentados do ano não refletem a nossa visão sobre o potencial máximo de geração de valor da Companhia, mas reconhecemos que foi um ano fundamental para construção das bases para retomada de nosso crescimento. Continuamos investindo em novas iniciativas com impactos relevantes em nossas operações aumentando nossa eficiência e competitividade com resultados sustentáveis. Seguimos focados no fortalecimento das nossas marcas com o objetivo de ampliar nossa participação e liderança nas categorias em que atuamos, nos colocando cada vez mais como o player que detém uma posição privilegiada para capturar o potencial de crescimento como um dos líderes do setor de alimentos na América Latina. Analisando as perspectivas futuras, crescimento sustentável continua sendo a nossa prioridade. Com fortes marcas e posicionamento de liderança, possuímos múltiplas oportunidades de crescimento, desenvolvimento de novos mercados e entrada em novas categorias. Nossa organização está focada em se tornar cada vez mais eficiente, reduzindo custos e despesas para que possamos aumentar nossa competitividade e eficiência de vendas. Acreditamos que nosso footprint, estratégia de crescimento e talentos nos permite explorar nossas vantagens competitivas entregando resultados crescentes. Permanecemos em situação financeira confortável que sustenta as bases para exploração de oportunidades comerciais, investimentos, em condições favoráveis para continuarmos a execução da estratégia de crescimento orgânico e futuras aquisições. Desta forma, poderemos acelerar nosso aumento de rentabilidade ao longo do tempo.

Luciano Quartiero Diretor Presidente Flávio Vargas Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

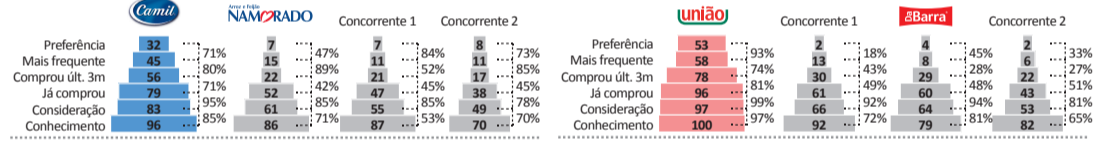
3. MARCAS

Com relação ao esforço de construção de longo prazo de nossas marcas, conquistamos a preferência de nossos consumidores por meio de posicionamentos únicos, com forte conexão emocional. Em 2018, a Camil investiu na extensão de seu portfólio trazendo 3 lançamentos focados em praticidade e saúde. Além de endereçar duas grandes tendências de mercado, os lançamentos colaboram no rejuvenescimento de nossas marcas e ampliam nossa oferta para novos targets e consumidores:

- 1. Arroz Camil Minuto Caseiro: pronto para o consumo, só precisa ser aquecido no micro-ondas por apenas 1 minuto. Disponível em três variedades: arroz branco, integral e 7 cereais. Este lançamento complementa nossa linha Prontos que contém feijão carioca, feijão preto, feijão branco, grão de bico, lentilha e soja, e que vem em embalagem TetraPak. Ideal para famílias pequenas ou consumo individual.
2. Biscoito de Arroz Integral em embalagem individual: sucesso de vendas, agora o Biscoito de Arroz Integral Camil vem em embalagem prática, fácil de levar na bolsa ou na lancheira, contendo uma porção ideal para um lanche, com 8 biscoitos e apenas 68 kcal.
3. Mistura de Bolo União: disponível em 10 deliciosos sabores, União reinventa a categoria de bolos trazendo itens efetivamente comparáveis às receitas caseiras, com superioridade comprovada frente ao líder de mercado.



Nossas marcas líderes são consideradas ícones em suas categorias. Essa construção é chave para manutenção de nossa estratégia de premium price e rentabilidade de nosso negócio. Em Arroz, temos a marca Camil com ampla vantagem em sua pirâmide (em todos os patamares), seguida de Namorado, nossa nova aquisição, que é a segunda marca mais forte da categoria. Em Açúcar, União é o exemplo emblemático de uma marca extremamente robusta, com 100% de reconhecimento e 53% de preferência. Já a marca Da Barra desponta como uma excelente opção no segmento de Ocupação, sendo a marca com maior preferência, depois de União, e intenção de compra e força bastante similar aos seus concorrentes diretos. Marcas altamente reconhecidas e preferidas pelos consumidores resultam em maior giro do produto da gôndola e possibilidade de extração de valor e rentabilidade diferenciadas. Adicionalmente, o aprendizado obtido na exploração de múltiplas marcas permitem a Companhia extrair o máximo de sua posição de liderança, preferência e força.



Fonte: IPSOS | BHT | Dezembro 2018 | Arroz 600 casos GSP, Campinas, Ribeirão Preto e Recife. Açúcar: 450 casos GSP e GRI.

4. ESTRATÉGIA E PERSPECTIVAS

Somos uma das maiores multinacionais brasileiras de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul. Atuamos nas categorias grãos (principalmente arroz, milho, feijão e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru. Nossa estratégia é de fortalecer a posição da Camil como consolidadora do setor de alimentos da América do Sul, que acreditamos ser o mercado que conseguimos explorar o valor de nossas vantagens competitivas, diferenciação de nosso modelo de negócios e crescimento sustentável de rentabilidade. Temos orgulho de fazer parte do dia a dia de nossos consumidores, estando presentes em todos os momentos relevantes ao longo do dia, trazendo experiências e participando de momentos importantes em suas vidas. Nossas marcas líderes são consideradas ícones em suas categorias, que por meio da nossa sólida plataforma de distribuição, alcançamos os principais centros consumidores nos países que possuímos presença. Agimos de forma responsável, sustentável e consistente, explorando os atributos de nossos produtos e serviços e ao mesmo tempo oferecendo experiência de consumo com qualidade a preços competitivos e acessíveis. Participamos do processo de evolução da indústria de alimentos da América do Sul fazendo parte das principais iniciativas relacionadas à inovação, praticidade e saúde da indústria. Atuamos em um mercado altamente competitivo, fragmentado e com margens apertadas no qual, ao longo de mais de 60 anos de história, possuímos histórico de geração de valor, crescimento e retorno aos nossos acionistas. Nosso modelo de negócio é baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em múltiplas categorias de produtos. Investimos em parques produtivos modernos e eficientes e em uma plataforma sólida de distribuição nas regiões onde operamos. Atuamos de forma diversificada em 3 categorias e possuímos operações em 4 países da América do Sul, além de exportar para mais de 50 países do mundo. Os principais elementos de nossa estratégia são baseados em: 1. Consolidar o mercado brasileiro de arroz e feijão altamente fragmentado e ampliar a liderança de nossas marcas; 2. Exportar o modelo de múltiplas categorias que possuímos no Brasil para outros países que atuamos; 3. Ampliar o portfólio de marcas e produtos em novas categorias de alto giro de mercaderia seca, com potencial de crescimento; e 4. Expandir nossas operações em outros países da América Latina. Possuímos histórico de crescimento orgânico e por meio de aquisições, com mais de 16 aquisições realizadas nos últimos anos, com sucesso na integração e exploração de oportunidades em novas categorias ou geografias. Continuamos perseguindo, de forma conservadora e realista, oportunidades para expansão de nossa atuação, com foco em fortalecer nossas vantagens competitivas, expandir nossa distribuição e aumentar o potencial de obtenção de sinergias. Acreditamos que a combinação de liderança de marca em diversas categorias de produtos, extensa plataforma de distribuição, modelo de negócio sólido e resiliente e comprovado aumento de resultado operacional com rentabilidade, nos colocam em posição privilegiada para capturar o potencial de crescimento do setor de alimentos na América do Sul, tanto organicamente como por meio de aquisições.

5. EVENTOS RECENTES

- COMUNICADOS E FATOS RELEVANTES
Abril-2019: Emissão CRA IV da Camil Alimentos
Concluímos a 8ª emissão de debêntures vinculadas a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no valor de R\$600 milhões, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400 e amortização integral no vencimento. A 1ª série consiste em juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI e vencimento em abril de 2023. A 2ª série consiste em juros remuneratórios correspondentes a 101% da Taxa DI, com vencimento em abril de 2025.
Abril-2019: 2º Programa de Recompensa de Ações
O Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Recompensa de ações, com o objetivo de realizar a aquisição de ações no âmbito das outorgas já realizadas do plano de opção de compra de ações. A quantidade de ações a serem adquiridas são de até 3.565.275 ações ordinárias no prazo de 6 meses, tendo como prazo final outubro de 2019.
Março-2019: Incorporação da SLC Alimentos
Os Acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Camil a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da SLC Alimentos, subsidiária integral da Camil, com sua consequente extinção, sendo que o capital social da Companhia permanece inalterado em decorrência da incorporação.
NOTÍCIAS E PRÊMIOS
Março-2019: Inauguração da Nova Fábrica em Suape (PE)
Inauguramos nossa nova unidade de Suape, no litoral de Pernambuco, com produção em multicategoria (arroz, feijão e açúcar) e um centro de distribuição acoplado. A inauguração aumenta a eficiência e capacidade da Companhia e reforça a estratégia de ampliação da presença da Camil no Nordeste.
Fevereiro-2019: Lançamento do Biscoito de Arroz Integral Camil em Embalagem Individual
Lançamos a versão individual do biscoito de arroz integral. A nova embalagem contém 8 biscoitos e está disponível nas variedades Chia com Linhaça. Com o lançamento ficou mais fácil ter um lanche prático, de baixa caloria, e feito com arroz 100% integral para levar no dia a dia.

Você pode acompanhar nossas notícias e lançamentos no site de relações com investidores da Companhia, disponíveis em http://ri.camilalimentos.com.br/noticias-e-comunicados/noticias/.

DESTAQUES DO ANO

- LANÇAMENTOS
Camil: Lançamento Arroz Minuto Caseiro;
União: Lançamento Mistura para Bolo;
P&B: Parceria Amyrís - Adoçante Natural;
Coqueiro: Filés de Sardinha e Atum.
PRÊMIOS:
Empresa do ano Melhores do Dinheiro Rural 2018;
Prêmio Melhores Marcas de Arroz, Feijão e Açúcar para Camil e União, pela Datafolha 2018;
Camil no ranking As 5 mais de 2018 de Açúcar e Atum pela Revista Super Varejo;
Prêmio IR Magazine Awards 2018 - Melhor RI por CEO ou CFO Small cap e Melhor Executivo de RI Small cap;
Reconhecimentos diversos pela Institutional Investor;
Camil entre as campeãs de Inovação, Revista Amanhã;
Melhores e Maiores Exame 2018;
Prêmio Valor 1000 2018;
Selo RA 1000 2018 (Atendimento);
Prêmio APAS Acontece de Mercaderia Commodities.

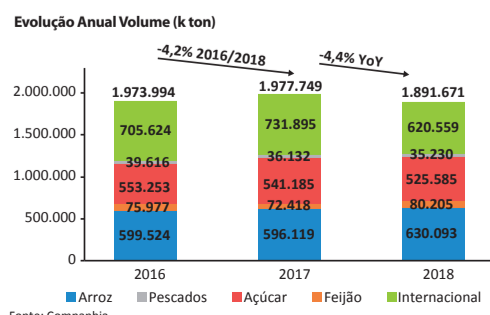
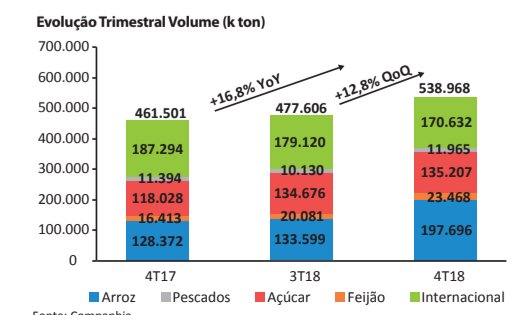
- COMUNICADOS E FATOS RELEVANTES:
Aquisição e Incorporação da SLC Alimentos;
IPO: celebração 1º aniversário do IPO da Camil em setembro 2018;
JCP: distribuição de R\$65 milhões no exercício de 2018;
Venda da La Loma Alimentos S.A. (Argentina) em agosto 2018;
Formador de Mercado em agosto 2018;
Recuperação de ações 1º Programa concluído em junho 2018 e 2º Programa aprovado em abril de 2019;
Governança: Instalação do Conselho Fiscal e de Comitês de Gestão;
Mercado: greve dos caminhoneiros em maio de 2018.



6. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

DESEMPENHO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Brasil: O 4T18 e o ano de 2018 foram marcados pelo crescimento do volume de vendas de +52,8% YoY e +6,2% YoY, respectivamente, impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos e parcialmente impactado da greve dos caminhoneiros.



- 4T18: Volume de 197,7 mil tons (+54,0% YoY)
Preço bruto de R\$2,46/kg (+5,5% YoY)
Preço líquido R\$2,14/kg (+4,9% YoY)
2018: Volume de 630,1 mil tons (+5,7% YoY)
Preço bruto de R\$2,46/kg (+3,8% YoY)
Preço líquido R\$2,15/kg (+3,2% YoY)
Mix de vendas: Performance de vendas da marca Camil; Recuperação de vendas das marcas de ocupação no trimestre e no ano;
Mercado: Preço médio atingiu R\$40,09/saca no 4T18 (+9,5% YoY) e R\$40,41/saca em 2018 (+5,3% YoY)
4T18: Volume de 135,2 mil tons (+14,6% YoY)
Preço bruto de R\$2,02/kg (-4,5% YoY)
Preço líquido R\$1,72/kg (-5,4% YoY)
2018: Volume de 525,5 mil tons (-2,9% YoY)
Preço bruto de R\$2,04/kg (-8,1% YoY)
Preço líquido R\$1,75/kg (-8,9% YoY)
Mix de vendas: Crescimento de vendas do açúcar refinado no trimestre e queda no ano; crescimento de vendas das marcas de ocupação e açúcar cristal no trimestre e ano
Mercado: Preço médio atingiu R\$68,63/saca no 4T18 (+12,7% YoY) e R\$60,30/saca em 2018 (-6,1% YoY)
4T18: Volume de 12,0 mil tons (+5,0% YoY)
Preço bruto de R\$20,31/kg (-2,9% YoY)
Preço líquido R\$15,33/kg (+2,1% YoY)
2018: Volume de 35,2 mil tons (-2,3% YoY)
Preço bruto de R\$20,39/kg (+6,6% YoY)
Preço líquido R\$15,45/kg (+6,2% YoY)
Mix de vendas: Crescimento de vendas da marca Coqueiro e redução de vendas da marca de ocupação (Pescador) no trimestre e no ano
Mercado: Ressaltamos a continuidade da dificuldade de pesca local de sardinha e melhoria da pesca local de atum.

INTERNACIONAL

- Volume de 170,6 mil tons (-4,7% QoQ e -7,2% YoY) no trimestre e 620,6 mil tons (-13,5% YoY) no ano.
Destaque para redução de volume no Uruguai e crescimento no Chile.
4T18: Volume 131,0 mil tons (-8,5% YoY)
2018: Volume de 457,6 mil tons (-16,5% YoY)
Redução de volume impulsionada pela queda da área plantada do Uruguai e redução de vendas nos períodos
4T18: Volume 18,6 mil tons (+1,9% YoY)
2018: Volume de 79,4 mil tons (+4,8% YoY)
Contínuo crescimento de volume e rentabilidade no trimestre e no ano
4T18: Volume 21,0 mil tons (-6,9% YoY)
2018: Volume de 83,6 mil tons (-11,2% YoY)
Instabilidade política, com redução do consumo de arroz empacotado

1 Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg - 2 Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg - 3 Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Table with columns: DEMONSTRATIVOS (em R\$ milhões), 4T17, 3T18, 4T18, 4T18 vs 4T17, 4T18 vs 3T18, 12M17, 12M18, 12M18 vs 12M17. Rows include Receita Bruta, Receita Líquida, Lucro Bruto, Margens, etc.

DESEMPENHO FINANCEIRO POR SEGMENTO

Table with columns: ALIMENTÍCIO BRASIL, 4T17, 3T18, 4T18, 4T18 vs 4T17, 4T18 vs 3T18, 12M17, 12M18, 12M18 vs 12M17. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Margens, etc.

Table with columns: ALIMENTÍCIO INTERNACIONAL, 4T17, 3T18, 4T18, 4T18 vs 4T17, 4T18 vs 3T18, 12M17, 12M18, 12M18 vs 12M17. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Margens, etc.



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

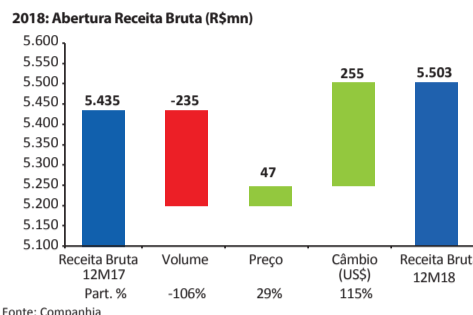
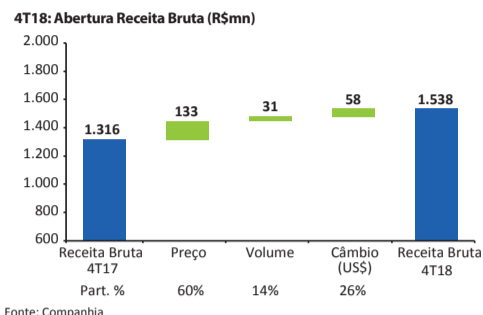
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

☆ continuação

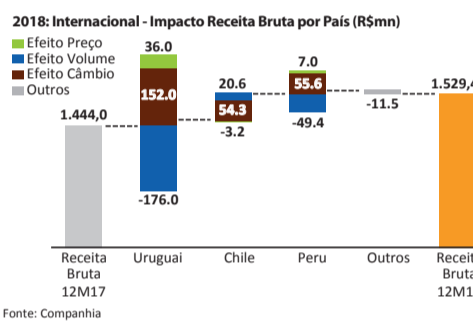
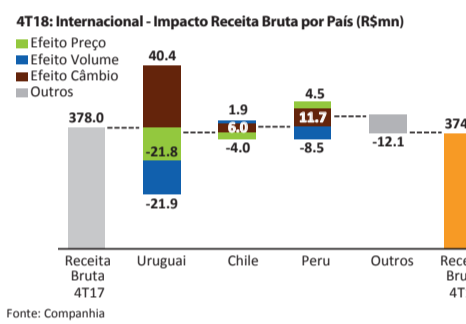
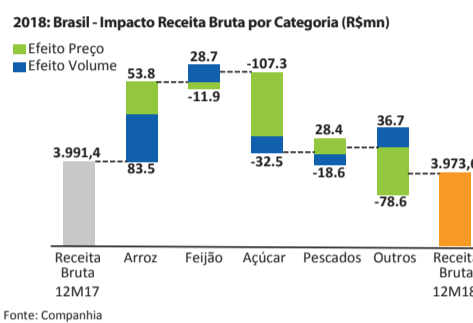
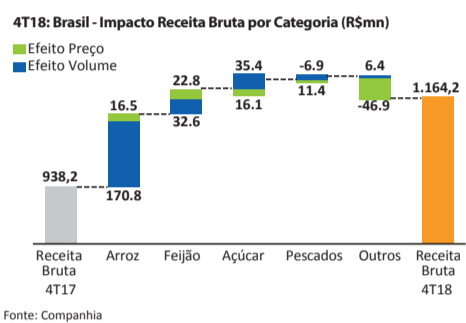
COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA

A receita bruta consolidada atingiu R\$1,5 bilhão no trimestre (+16,9% YoY) e R\$5,5 bilhões no ano (+1,2% YoY).



Demonstramos abaixo os principais impactos da receita bruta separado em efeito preço, volume e câmbio no Segmento Alimentício Brasil por categoria e no Segmento Alimentício Internacional por país:



A receita líquida consolidada atingiu R\$1,3 bilhão no trimestre (+19,3% YoY) e R\$4,7 bilhões no ano (+1,8% YoY). Esse resultado se deu, principalmente, pelo crescimento da receita líquida do Segmento Alimentício Brasil, que atingiu R\$987,6 milhões no trimestre (+28,8% YoY) e R\$3,3 bilhões no ano (+0,4% YoY), impulsionada pela aquisição da SLC Alimentos no 4T18, crescimento das vendas de todas as categorias no trimestre (na comparação YoY) e crescimento da venda de grãos no ano. O crescimento no trimestre foi parcialmente compensado pela redução na receita líquida do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$344,4 milhões no trimestre (-1,4% YoY), em função da queda de vendas do Uruguai e do Peru. No ano, a receita líquida do Segmento Alimentício Internacional atingiu R\$1,4 bilhão no ano (+5,3% YoY), crescimento impulsionado pelo contínuo crescimento de volumes e rentabilidade do Chile, assim como impacto do câmbio do período.

CUSTOS E DESPESAS

DESPESAS POR FUNÇÃO	4T17	3T18	4T18	4T18 vs 4T17	4T18 vs 12M17	12M18	12M18 vs 12M17	
DATA FECHAMENTO	28/02/18	31/11/18	28/02/19	4T17	3T18	28/02/18	28/02/19	
Despesas por função	(1.029,5)	(1.178,0)	(1.272,6)	23,6%	8,0%	(4.294,7)	(4.451,1)	3,6%
Custo das Vendas e Serviços	(831,5)	(946,9)	(1.009,6)	21,4%	6,6%	(3.512,5)	(3.527,1)	0,4%
Despesas com Vendas	(138,5)	(159,5)	(184,1)	32,9%	15,4%	(543,6)	(631,1)	16,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(59,5)	(71,6)	(78,9)	32,6%	10,2%	(238,6)	(292,9)	22,8%

DESPESAS POR NATUREZA	4T17	3T18	4T18	4T18 vs 4T17	4T18 vs 12M17	12M18	12M18 vs 12M17	
DATA FECHAMENTO	28/02/18	31/11/18	28/02/19	4T17	3T18	28/02/18	28/02/19	
Despesas por Natureza	(1.029,5)	(1.178,0)	(1.272,6)	23,6%	8,0%	(4.294,7)	(4.451,1)	3,6%
Matéria-Prima e Materiais	(705,0)	(796,7)	(860,7)	22,1%	8,0%	(2.914,6)	(2.936,9)	0,8%
Serviços de Terceiros	(35,2)	(32,0)	(39,0)	10,8%	21,9%	(143,0)	(143,3)	0,2%
Manutenção	(14,9)	(20,2)	(20,0)	34,2%	-1,0%	(81,9)	(83,9)	2,4%
Pessoal	(95,4)	(109,2)	(112,6)	18,0%	3,1%	(406,6)	(450,7)	10,8%
Fretes	(77,4)	(95,6)	(122,9)	58,8%	28,6%	(352,7)	(403,6)	14,4%
Comissões sobre Vendas	(5,2)	(6,7)	(7,4)	42,3%	10,4%	(24,8)	(23,8)	-4,0%
Energia Elétrica	(6,0)	(11,2)	(11,5)	91,7%	2,7%	(43,7)	(47,1)	7,8%
Depreciação e Amortização	(23,2)	(23,8)	(27,3)	17,7%	14,7%	(90,2)	(101,4)	12,4%
Locação	(9,9)	(7,4)	(9,5)	-4,0%	28,4%	(60,2)	(49,3)	-18,1%
Impostos e taxas	(3,7)	(6,6)	(6,2)	67,6%	-6,1%	(18,8)	(24,9)	32,4%
Despesas com exportação	(2,8)	(10,9)	(8,2)	192,9%	-24,8%	(20,0)	(34,0)	70,0%
Outras Despesas	(50,6)	(57,7)	(47,4)	-6,3%	-17,9%	(138,3)	(152,0)	9,9%

CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS

Os custos das vendas e serviços atingiram R\$1,0 bilhão (+21,4% YoY) no trimestre. Esse crescimento se deu, principalmente, devido ao crescimento dos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Brasil, que atingiu R\$761,7 milhões (+32,4% YoY) no trimestre, impulsionada pela:

- aquisição da SLC Alimentos no 4T18; e
- crescimento dos preços médios de mercado de arroz (+9,5% YoY), feijão (+93,2% YoY) e açúcar (+12,7% YoY).

O crescimento do trimestre foi parcialmente compensado pela redução de -3,2% YoY nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Internacional, em função da:

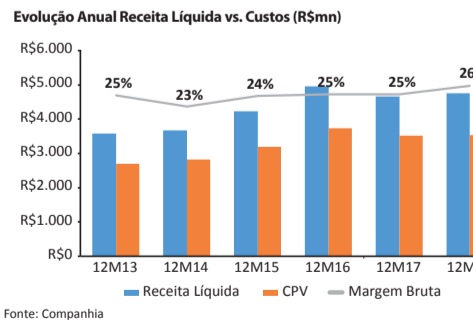
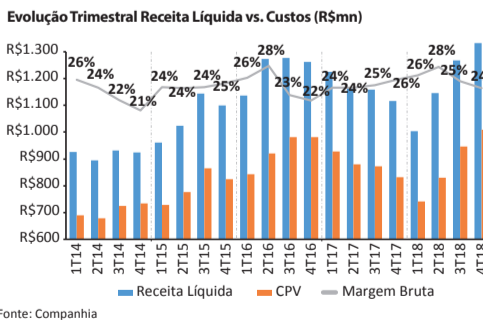
- redução de preços da matéria-prima no Uruguai; e
- redução de vendas do Uruguai e Peru no período.

No ano, os custos das vendas e serviços atingiram R\$3,5 bilhões (+0,4% YoY), impulsionado pelo crescimento nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$1,0 bilhão (+2,6% YoY), em função do:

- impacto da variação cambial do período (o câmbio médio R\$/US\$ variou em +16,6%); e
- aumento do custo da matéria-prima no Peru, em função do reajuste da tarifa de importação (Direito Variável) incidente sobre a importação da matéria-prima.

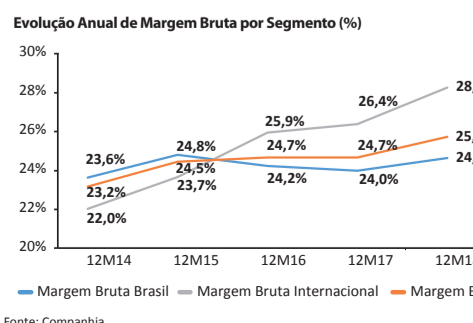
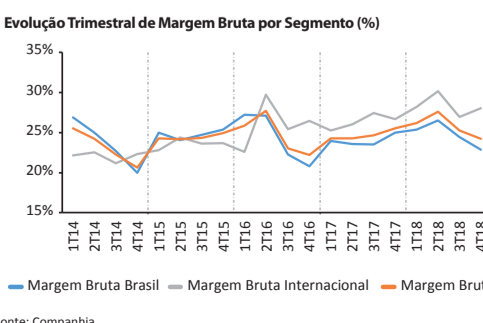
O crescimento do ano foi parcialmente compensado pela redução nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Brasil, que atingiu R\$2,5 bilhões (-0,4% YoY), queda impulsionada pela redução do preço médio de mercado de açúcar (-6,1% YoY).

Os custos das vendas e serviços sobre a receita líquida atingiu 75,8% no trimestre (+2,0pp YoY) e 74,3% no ano (+2,7pp).



LUCRO BRUTO

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Bruto do período atingiu R\$322,4 milhões no trimestre (+13,2% YoY) com margem de 24,2% (-1,3pp YoY). No ano, o Lucro Bruto atingiu R\$1,2 bilhão (+6,2% YoY) com margem de 25,7% (+1,1pp YoY).



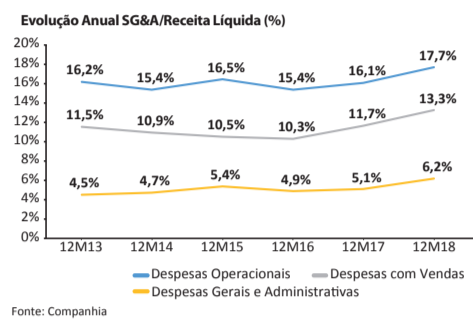
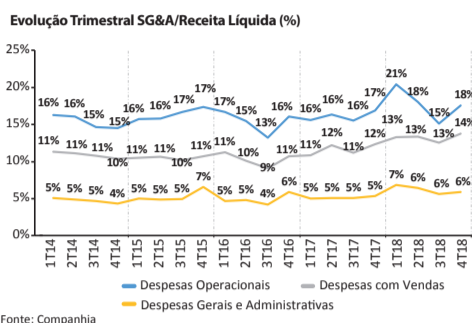
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O SG&A atingiu R\$263,0 milhões (+32,8% YoY) no trimestre e R\$924,0 milhões (+18,1% YoY) no ano. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o SG&A atingiu 19,7% no trimestre (+2,0pp YoY) e 19,5% no ano (+2,7pp YoY). O crescimento ocorreu em função do aumento de SG&A no Segmento Alimentício Brasil, devido principalmente, a aquisição da SLC Alimentos e aumento das despesas com fretes. O SG&A no Segmento Alimentício Internacional também impulsionou o crescimento consolidado, em função do impacto cambial do período e crescimento das vendas do Chile.

DESPESAS COM VENDAS

No trimestre, as despesas com vendas atingiram R\$184,1 milhões (+32,9% YoY), principalmente, devido ao crescimento das despesas com vendas do Segmento Alimentício Brasil, que atingiu R\$128,3 milhões (+49,7% YoY), em função da:

- aquisição da SLC Alimentos, que incrementou R\$11,1 milhões nas despesas com vendas;
- crescimento relevante das despesas com frete;
- aumento das perdas com recebíveis;
- crescimento parcialmente compensado pela redução de investimento em propaganda e publicidade.



O crescimento também foi impactado pelo aumento nas despesas com vendas do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$55,7 milhões (+5,7% YoY) no trimestre. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento (de aproximadamente R\$7,6 milhões), as despesas com vendas apresentaram estabilidade no trimestre frente ao ano anterior, impulsionadas pelo:

- crescimento das despesas com vendas no Chile, com o crescimento de vendas do período;
- crescimento das despesas com vendas do Uruguai que, apesar da redução de vendas do período, apresentou maior representatividade de custos de exportação, com aumento nas taxas de movimentação de contêineres nos terminais portuários; e
- parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas no Peru, em função da queda de vendas no período e redução de custos de propagandas.

No ano, as despesas com vendas atingiram R\$631,1 milhões (+16,1% YoY), principalmente, devido ao crescimento das despesas com vendas do Segmento Alimentício Brasil, que atingiu R\$424,5 milhões (+19,3% YoY), em função da:

- crescimento relevante das despesas com frete;
- aquisição da SLC Alimentos que incrementou no quarto trimestre R\$11,1 milhões;
- aumento das despesas com exportação;
- aumento das perdas com recebíveis; e
- parcialmente compensado pela redução de investimento em propaganda e publicidade.

O crescimento também foi impactado pelo aumento nas despesas com vendas do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$206,6 milhões (+10,1% YoY) no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento (de aproximadamente R\$28,0 milhões), as despesas com vendas apresentaram estabilidade no trimestre frente ao ano anterior, impulsionadas pelo:

- crescimento das despesas com vendas no Chile, com o crescimento de vendas do período;
- parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas em moeda local no Uruguai; e
- redução das despesas com vendas no Peru, em função da queda de vendas no período e redução de custos de propagandas.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No trimestre, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$78,9 milhões (+32,6% YoY), principalmente, em função do crescimento das despesas do Segmento Alimentício Brasil, que atingiram R\$62,5 milhões (+39,7% YoY) no trimestre, em função da:

- aquisição da SLC Alimentos, que incrementou em R\$8,8 milhões as despesas gerais e administrativas;
- aumento das despesas com projetos de TI e consultorias para aprimorar os sistemas da Companhia e aumentar a eficiência comercial e logística;
- aumento da provisão de PDD; e
- outras despesas com honorários advocatícios e viagens, principalmente em função do processo de aquisição da SLC.

O crescimento também foi impactado pelo aumento nas despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$13,4 milhões (+9,8% YoY) no trimestre. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento (de aproximadamente R\$1,8 milhões), as despesas com vendas apresentaram redução frente ao mesmo período do ano anterior, em função da:

- redução nas despesas com seguros no Chile;
- parcialmente compensado pelo crescimento das despesas gerais e administrativas no Peru, em função da contratação de consultorias e honorários advocatícios; e
- o Uruguai em moeda local apresentou estabilidade nas despesas gerais e administrativas frente ao ano anterior.

No ano, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$292,9 milhões (+22,7% YoY), principalmente, devido ao crescimento das despesas do Segmento Alimentício Brasil, que atingiram R\$225,5 milhões (+22,8% YoY) no ano, em função da:

- aquisição da SLC Alimentos que incrementou em R\$8,8 milhões as despesas gerais e administrativas;
- aumento das despesas com projetos de TI e consultorias para aprimorar os sistemas da Companhia e aumentar a eficiência comercial e logística;
- aumento das despesas com armazenagem, em função da contratação de espaço adicional de armazenagem na categoria de pescados;
- aumento de custos decorrentes do programa de stock option;
- aumento da provisão de devedores duvidosos; e
- outras despesas com honorários advocatícios e viagens, principalmente em função do processo de aquisição da SLC.

O crescimento também foi impactado pelo aumento nas despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Internacional, que atingiu R\$67,4 milhões (+22,3% YoY) no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento (de aproximadamente R\$5,1 milhões), as despesas gerais e administrativas foram impactadas pelo:

- crescimento das despesas no Chile, em função incremento da bonificação de pessoal com o aumento apresentado em vendas;
- crescimento das despesas gerais e administrativas no Peru, em função da contratação de consultorias e honorários advocatícios e aumento de investimentos com segurança do trabalho; e
- o Uruguai em moeda local apresentou estabilidade nas despesas gerais e administrativas frente ao ano anterior.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

No trimestre, as outras receitas (despesas) operacionais atingiram R\$29,0 milhões (+209,7% YoY), sendo R\$27,9 milhões de receitas/despesas não recorrentes no período, compostas, entre outros efeitos, principalmente por:

- (+) reconhecimento de crédito tributário de R\$14,5 milhões;
- (+) reconhecimento de crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS em R\$8,5 milhões;
- (+) R\$12,8 milhões referentes a ajustes da provisão realizada no 3T18 referente ao encerramento das operações de São Gonçalo;
- (+) R\$0,6 milhões referentes ao ajuste do reconhecimento da dívida do Funrural realizada no 3T18.
- (-) R\$6,3 milhões de provisão para perda do encerramento da unidade de Sertãozinho (sendo R\$4,7 milhões de impairment e R\$1,6 milhões de multa contratual); e
- (-) R\$2,2 milhões de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (ajuste do crédito reconhecido em novembro de 2018).

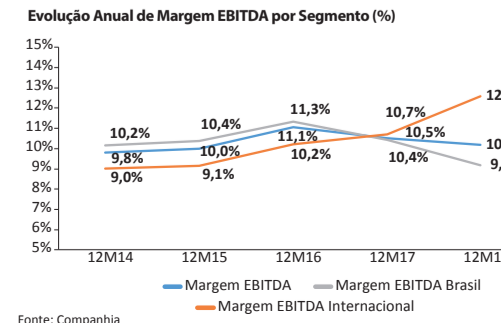
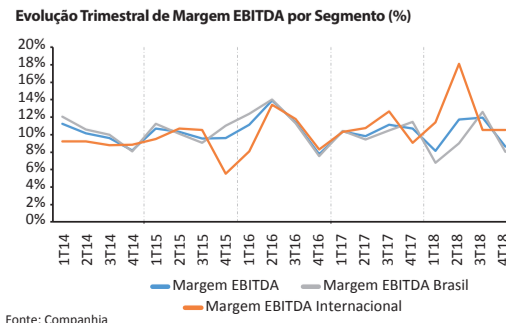
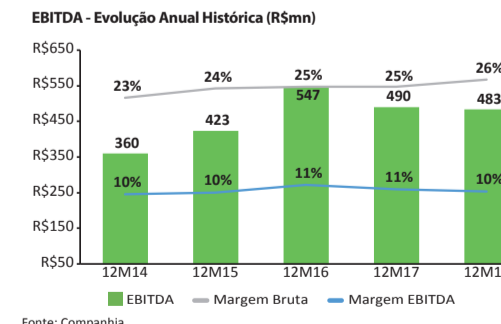
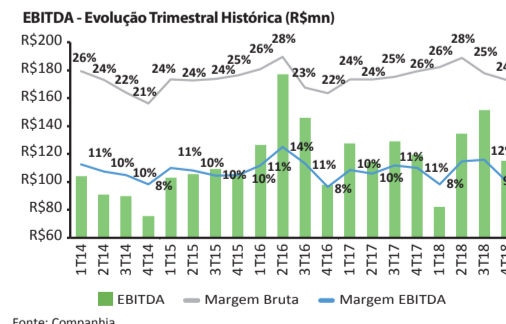
No ano, as outras receitas (despesas) operacionais atingiram R\$854,2 milhões (+156,6% YoY), sendo R\$79,1 milhões de receitas/despesas não recorrentes no período, compostas, entre outros efeitos, principalmente por:

- (+) R\$93,0 milhões referentes ao reconhecimento de crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS, considerando o efeito retroativo de 5 anos para a Companhia;
- (+) R\$35,9 milhões referente ao reconhecimento de crédito de PIS e COFINS com a exclusão de ICMS da base de cálculo (R\$41,0 milhões de crédito e R\$5,1 milhões de despesas relacionadas a honorários advocatícios);
- (+) R\$15,3 milhões de ganho com a venda da subsidiária La Loma (Argentina);
- (+) R\$14,5 milhões de reconhecimento de crédito tributário em função de um pagamento em duplicidade de 2014;
- (-) R\$41,9 milhões referente à adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (Funrural);
- (-) R\$31,4 milhões de provisão para perda de unidade industrial com encerramento e migração das atividades de pescados da unidade de São Gonçalo (RJ) para Navegantes (SC); e
- (-) R\$6,3 milhões de provisão para perda do encerramento da unidade de Sertãozinho (sendo R\$4,9 milhões de impairment e R\$1,6 milhões de multa contratual).

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA consolidado do período atingiu R\$115,2 milhões no trimestre (-3,5% YoY) com margem de 8,6% (-2,0pp YoY). No ano, o EBITDA atingiu R\$483,4 milhões (-1,3% YoY) com margem de 10,2% (-0,3pp YoY).

Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em outras receitas e despesas operacionais, o EBITDA atingiu R\$87,3 milhões (-26,8% YoY) com margem de 6,6% (-4,1pp YoY) no 4T18 e R\$404,3 milhões (-17,5% YoY) com margem de 8,5% (-2,0pp) no ano.





CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

☆ continuação

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$16,6 milhões (+27,5% YoY) no trimestre em função, principalmente, de R\$22,1 milhões de juros sobre empréstimos apurados no período, compensados por R\$5,8 milhões de rendimentos de aplicações financeiras. No ano, a Companhia atingiu uma despesa de R\$16,0 milhões (-78,5% YoY), principalmente, em função do crescimento das receitas financeiras com impacto de +R\$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo. Entre receitas e despesas financeiras, os principais impactos são:

- Receita financeira** atingiu R\$30,6 milhões (+48,5% YoY) no trimestre, em função da aquisição da SLC Alimentos e ganhos com instrumentos derivativos. No ano, a receita financeira atingiu R\$201,9 milhões (+89,2% YoY), em função de: (i) +R\$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias de exercícios anteriores relativos aos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e aos créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; (ii) aquisição da SLC Alimentos; (iii) ganhos com instrumentos financeiros derivativos, em função do aumento das importações, aliado à variação do dólar; (iv) aumento de aplicações financeiras; e (v) crescimento das receitas financeiras do Segmento Alimentício Internacional, em função da variação cambial do período.
- Despesa financeira** atingiu R\$47,2 milhões (+40,4% YoY) no trimestre, em função da aquisição da SLC Alimentos e perda com instrumentos derivativos e apropriação de juros sobre empréstimos. No ano, a despesa financeira atingiu R\$217,9 milhões (+20,3% YoY), em função da: (i) aquisição da SLC Alimentos; (ii) crescimento de 69,1% das despesas financeiras do Segmento Alimentício Brasil, em função de juros sobre empréstimos e financiamentos; e (iii) perda com instrumentos financeiros derivativos.

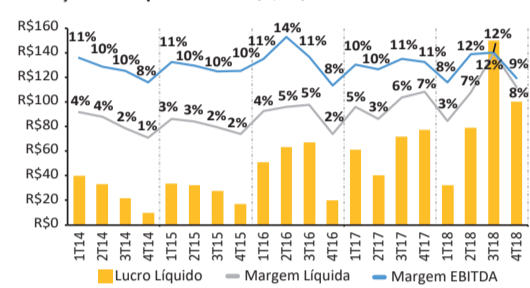
IMPOSTO DE RENDA E CSLL

O imposto de renda e contribuição social atingiu R\$29,0 milhões positivos no trimestre, frente a despesa de R\$5,8 milhões no 4T17, principalmente pela exclusão da subvenção de ICMS de R\$23,8 milhões. No ano, o imposto de renda e contribuição social atingiu R\$3,6 milhões de despesa, frente a despesa de R\$74,5 milhões em 2017, impactado principalmente pelas exclusões de: (i) R\$38,0 milhões relativos ao reconhecimento de subvenção de ICMS; (ii) R\$22,1 milhões referentes ao pagamento de JCP; e (iii) R\$7,7 milhões relativos a anistia dos encargos pela adesão ao Funnrural.

LUCRO LÍQUIDO E LUCRO POR AÇÃO

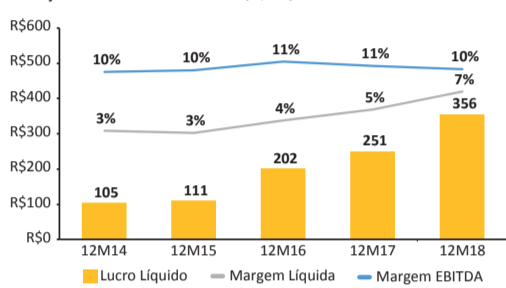
Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido do período atingiu R\$100,3 milhões (+29,8% YoY), com margem de 7,5% (+0,6pp YoY) no trimestre. No ano, o Lucro Líquido atingiu R\$362,4 milhões (+44,6% YoY), com margem de 5,4% (+0,1pp). Excluindo os efeitos não recorrentes, descritos em outras receitas (despesas) operacionais, resultado financeiro e imposto de renda, o Lucro Líquido atingiu R\$77,6 milhões (+0,4% YoY) com margem de 5,8% (-1,1pp YoY) no 4T18 e R\$249,1 milhões (-0,6% YoY) com margem de 5,2% (-0,1pp) no ano.

Evolução Lucro Líquido Trimestral (R\$mn)



Fonte: Companhia

Evolução Rentabilidade Trimestral (R\$mn)



Fonte: Companhia

O Lucro por Ação atingiu R\$0,25 no 4T18 (+31,7% YoY) e R\$0,90 no ano (+46,6% YoY). Excluindo os efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido por Ação atingiu R\$0,19 no 4T18 (+1,9% YoY) e R\$0,62 no ano (+0,8% YoY).

ENDIVIDAMENTO E CAIXA

ENDIVIDAMENTO (em R\$mn)		4T17	3T18	4T18	4T18 vs	4T18 vs
DATA FECHAMENTO		28/02/18	31/11/18	28/02/19	4T17	3T18
Endividamento Total		1.285,7	1.386,0	1.428,8	11,1%	3,1%
Empréstimos e Financiamentos		310,0	404,3	448,7	44,7%	11,0%
Debêntures		975,7	981,7	980,1	0,5%	-0,2%
Curto Prazo		160,0	275,9	514,1	221,3%	86,3%
Longo Prazo		1.125,8	1.110,1	914,7	-18,8%	-17,6%
Abertura por moedas						
R\$		1.033,1	1.026,4	1.031,2	-0,2%	0,5%
USD		113,9	216,8	281,3	147,0%	29,8%
CLP		23,3	42,1	7,2	-69,1%	-82,9%
PEN		115,4	100,7	109,1	-5,5%	8,3%
Alavancagem						
Dívida Bruta		1.285,7	1.386,0	1.428,8	11,1%	3,1%
Caixa e disponibilidades + aplicações financeiras		714,7	461,4	396,7	-44,5%	-14,0%
Dívida Líquida		571,0	924,6	1.032,1	80,8%	11,6%
Dívida Líquida/EBITDA UDM (x)		1,2x	1,9x	2,1x	1,0x	0,2x

O endividamento total atingiu R\$1,4 bilhão (+11,1% YoY e +3,1% QoQ), em função da aquisição da SLC Alimentos e aumento da linha de Debêntures com a emissão de CRA entre os períodos. A desvalorização cambial na dívida do segmento internacional também impulsionou o crescimento apresentado. A **liquidez total** (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo) atingiu R\$396,7 milhões (-44,5% YoY e -14,0% QoQ). Levando os fatores acima em consideração, o **endividamento líquido** totalizou R\$1,0 bilhão (+80,8% YoY). A Companhia registrou no final do período **endividamento líquido/EBITDA 2018 de 2,1x**.

Como evento subsequente, destacamos que, em **abril de 2019**, foi concluída a emissão da 8ª emissão de debêntures da Camil, vinculadas a emissão de CRA, no montante de R\$600 milhões com amortização integral no vencimento, dividida em duas séries: a Primeira Série com juros remuneratórios de 98% da Taxa DI e vencimento em abril de 2023; e a segunda série consiste em juros remuneratórios de 101% da Taxa DI com prazo de vencimento em 15 de abril de 2025. Essa emissão é a quarta emissão de debêntures lastreadas em CRA da Companhia, instrumento utilizado desde o início de nosso trabalho de gerenciamento do endividamento, iniciado no ano 2017. Emitimos R\$1,4 bilhão em debêntures com vínculo em CRAs nos últimos dois anos, a custos próximos a 100% da Taxa DI, o que possibilitou a substituição de linhas de capital de giro com custos mais altos e consequente melhoria do custos da dívida e perfil de amortização da Companhia.

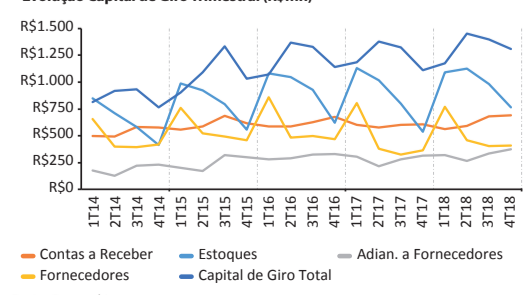
CAPITAL DE GIRO

CAPITAL DE GIRO		4T17	3T18	4T18	4T18 vs	4T18 vs
DATA DE FECHAMENTO		28/02/18	31/11/18	28/02/19	4T17	3T18
Receita líquida UDM		4.663,0	4.441,8	4.748,8	1,8%	6,9%
Custo das Vendas e Serviços		(3.512,5)	(3.325,4)	(3.527,1)	0,4%	6,1%
Estoques		538,7	981,3	761,0	41,3%	-22,4%
Dias estoques		56,0	107,7	78,8	40,7%	-26,9%
Adiantamento a fornecedores		316,6	337,0	369,0	16,6%	9,5%
Dias adiantamento a fornecedores		24,8	27,7	28,4	14,4%	2,4%
Contas a receber		609,5	678,5	690,5	13,3%	1,8%
Dias Contas a Receber		47,7	55,8	53,1	11,2%	-4,8%
Fornecedores		365,1	405,8	423,2	15,9%	4,3%
Dias fornecedores		37,9	44,5	43,8	15,4%	-1,7%
Outros Ativos Correntes		143,6	311,6	266,8	85,8%	-14,4%
Outros Passivos Correntes		134,8	238,5	170,3	26,3%	-28,6%
Capital de Giro		1.108,5	1.664,1	1.493,8	34,8%	-10,2%
Dias Capital de Giro		86,8	136,7	114,8	32,3%	-16,0%

O capital de giro atingiu R\$1,5 bilhão (+34,8% YoY), em função de:

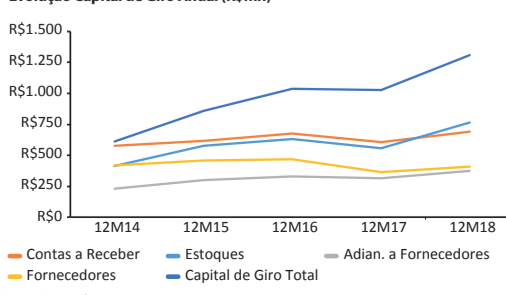
- Aumento do capital de giro Brasil (+34,1% YoY)**, com a aquisição da SLC Alimentos. Excluindo a SLC Alimentos, o capital de giro apresentou crescimento de 20%, principalmente, devido ao:
 - Aumento do capital de giro de ações (+32% YoY)**, principalmente, em função do crescimento com aumento de produtos acabados no Brasil e crescimento do contas a receber entre os períodos.
 - Crescimento de estoques de pescados**, devido à sazonalidade do período pré-quebra e crescimento de aquisição de matéria-prima.
 - Crescimento da necessidade de capital de giro Internacional (+23% YoY)**, em função do efeito câmbio de R\$52,5 milhões, crescimento de estoques e aumento de adiantamento a fornecedores.
 - Uruguai (+23% YoY)**: crescimento do nível de estoques no período, impulsionado pela redução do volume de vendas do período;
 - Peru (+21% YoY)**: crescimento de estoques, em função da antecipação de compra da matéria-prima, visando minimizar futuros impactos do reajuste da tarifa de importação (Direito Variável) incidente sobre a importação no país.
 - Chile (+17% YoY)**: crescimento de estoques, com crescimento de vendas no período.
- O crescimento apresentado foi parcialmente compensado pela melhoria de gestão dos fornecedores e contas a receber em categorias de atuação no Brasil. Adicionalmente, a linha de outros ativos correntes principalmente, em impostos a recuperar, fruto da constituição de subvenção de investimentos e exclusão da base de cálculo de ICMS da base de PIS/COFINS no período.

Evolução Capital de Giro Trimestral (R\$mn)



Fonte: Companhia

Evolução Capital de Giro Anual (R\$mn)



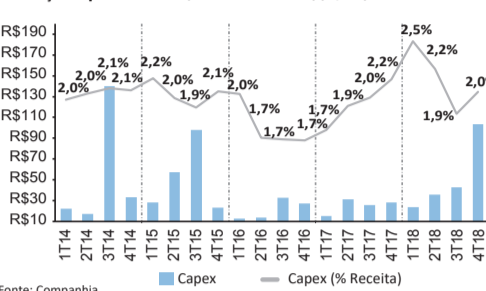
Fonte: Companhia

CAPEX

O Capex atingiu R\$295,3 milhões do 4T18 e R\$397,2 milhões no ano, principalmente, em função da aquisição da SLC Alimentos. Excluindo a aquisição da SLC Alimentos, o Capex atingiu R\$103,6 milhões (+290,8% YoY) no trimestre e R\$205,5 milhões (+109,3% YoY) no ano, principalmente, devido a:

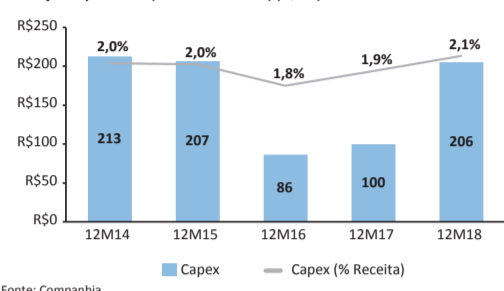
- investimentos na planta de grãos em Recife;
- projeto de internalização do empacotamento de açúcar ("Super Barra"); e
- projeto de ampliação de secagem e aumento do armazém de Itaipuru de grãos.

Evolução Capex Trimestral (ex - SLC Alimentos) (R\$mn)



Fonte: Companhia

Evolução Capex Anual (ex - SLC Alimentos) (R\$mn)



Fonte: Companhia

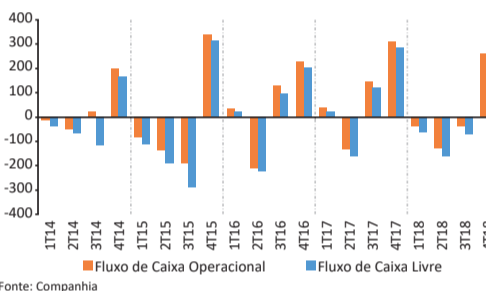
FLUXO DE CAIXA LIVRE

FLUXO DE CAIXA LIVRE PARA FIRMA (em R\$mn)		4T17	3T18	4T18	4T18 vs	4T18 vs	12M17	12M18	12M18 vs
DATA FECHAMENTO		28/02/18	31/11/18	28/02/19	4T17	3T18	28/02/18	28/02/19	12M17
Lucro Líquido		77,3	150,3	100,3	29,8%	-33,3%	250,7	362,4	44,6%
(+) D&A		23,2	23,7	27,3	17,7%	15,2%	90,2	101,4	12,4%
(-) Δ Capital de Giro		215,7	(213,2)	170,3	-21,0%	-179,9%	30,7	(385,3)	-1.354,9%
(-) Capex		(26,5)	(42,7)	(295,3)	1.014,2%	591,4%	(98,2)	(397,2)	304,5%
Fluxo de Caixa Livre para Firma		289,6	(81,9)	2,7	-99,1%	-103,2%	273,4	(318,7)	-216,6%

A Companhia registrou **fluxo de caixa livre para firma** de R\$2,7 milhões no trimestre (-99,1% YoY) e R\$318,7 milhões negativos no ano (-216,6% YoY), principalmente, em função do crescimento de Capex no período.

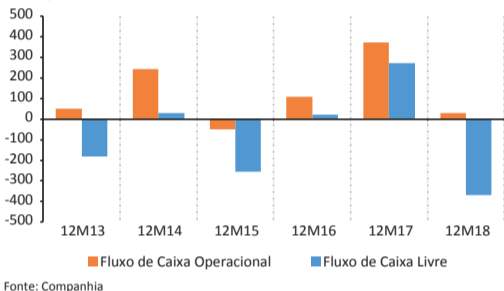
A geração de fluxo de caixa livre da Companhia possui sazonalidade relevante ao longo dos trimestres, principalmente devido ao impacto da sazonalidade trimestral do capital de giro, mais especificamente seu estoque e recebíveis, conforme descrito anteriormente. Sendo assim, os primeiros trimestres do ano apresentam normalmente, consumo de caixa enquanto que o terceiro e quarto trimestres liberam capital de giro e melhoria do fluxo de caixa operacional.

Evolução Histórica Trimestral do Fluxo de Caixa (R\$mn)



Fonte: Companhia

Evolução Histórica Anual do Fluxo de Caixa (R\$mn)



Fonte: Companhia

7. POLÍTICA DE DIVIDENDOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

A Companhia distribuiu sob a forma de juros sobre capital próprio (JCP) R\$65 milhões em 2018. Como evento subsequente, a Companhia anunciou a distribuição de R\$20 milhões em março de 2019.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com a abertura de capital realizada em setembro de 2017, a Camil passou a fazer parte do segmento especial da B3 denominado Novo Mercado, sob o código "CAML3" e, portanto, está sujeita a requisitos adicionais estabelecidos pelas regulações desse segmento. Desde 1998, tivemos com acionistas fundos de Private Equity que nos ajudaram a desenvolver e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas. Contamos ainda com a participação do Sr. José Fay, ex-CEO da BRF - Brasil Foods S.A., e do Sr. Carlos Júlio, ex-CEO da Tecnisa, como membros independentes de nosso Conselho de Administração, além de dispomos de um Código de Ética, que reúne os princípios e valores que devem orientar os comportamentos e as atitudes de todos os envolvidos na condução de nossos negócios. A Companhia também conta com o Conselho Fiscal e órgãos de assessoramento dos Conselhos, incluindo o Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional e Comitê de Ética. Somos uma Companhia comprometida em manter elevados padrões de governança corporativa, baseado em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

9. DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL

Os nossos colaboradores são protagonistas do nosso sucesso e temos um time talentoso, empreendedor, motivado e com experiências diversas e grande potencial que, juntos, fazem a diferença em nossos resultados.

São mais de 6.500 colaboradores no Brasil e na América Latina engajados com nosso crescimento, propósito e valores, atuando para satisfazer as necessidades dos nossos clientes (internos e externos), sempre focado na melhoria contínua de nossos processos e ações.

Temos processos robustos de Gestão de Pessoas alinhados com nossos valores, nosso propósito e direcionadores estratégicos para avançar continuamente o Desenvolvimento Humano e Organizacional os quais destacamos:

- Processos estruturados de atração, recrutamento, seleção e contratação;
- Programa de estágio voltado para a atração e formação de profissionais para a sustentabilidade do negócio;
- Administração de metas desafiadoras, mapeamento de competências e resultados atingidos para toda a liderança com foco em desenvolvimento;
- Gestão de pessoas com foco em desenvolvimento e resultados;
- Consistente administração de Remuneração e Benefícios garantindo o equilíbrio interno e a atratividade, competitividade de nossas práticas e reconhecimento e recompensa de nossos colaboradores;
- Constante capacitação técnica e comportamental de nossos líderes e equipes;
- Cultura voltada para um ambiente saudável e seguro;
- Governança e conformidade nos processos operacionais da área;
- Comunicação Interna voltada para o engajamento, prática dos nossos valores e fortalecimento da cultura; e
- Reforço constante da nossa Cultura Organizacional como base para o alinhamento e direcionamento de nossas ações.

10. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em fevereiro de 2018, a Companhia possuía capital social total composto por 410,1 milhões de ações, sendo 125,1 milhões de ações em circulação no mercado (free float[1]), representando 30,5% do capital total. Ao final de fevereiro de 2019, aproximadamente 47% de nossas ações estavam detidas por investidores locais e 53% com investidores estrangeiros, comparado com 58% investidores locais e 42% investidores estrangeiros no IPO.

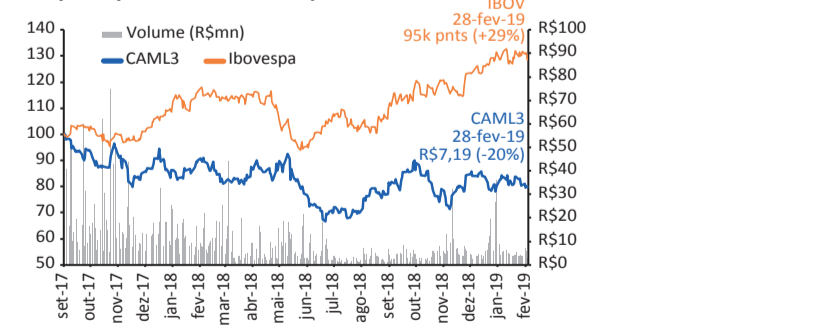
Em número de acionistas registramos 93 investidores institucionais (vs. 98 em fev/18) e mais de 10.250 investidores do varejo (vs. 4.207 em fev/18), crescimento realizado em função da maior cobertura de research ao varejo no período.

11. PERFORMANCE ACIONÁRIA

Em 28 de fevereiro de 2019 as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$7,19/ação com market cap de R\$3 bilhões (US\$ 786 milhões). O volume médio diário de negociação dos últimos 365 dias foi de 808 mil ações, ou R\$5,9 milhões/dia.

Desde o IPO em setembro de 2017, a cotação de CAML3 apresentou queda de 20,1%. No mesmo período o índice Ibovespa valorizou-se em 28,6%.

Evolução Preço desde o IPO vs. Ibovespa - base 100



Fonte: Companhia

12. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O compromisso da Camil com o mercado é baseado em três pilares: Governança, Comunicação com Transparência e Excelência. Desde o IPO, atendemos aproximadamente 1.200 investidores, sendo mais de 400 investidores por meio de atendimento direto pela equipe de Relações com Investidores e os demais em conferências e eventos no Brasil e no exterior.

Também realizamos visitas às nossas instalações e o Camil Day, evento público para analistas e investidores com apresentação e disponibilidade para perguntas e respostas com presença de toda a Diretoria da Camil, eventos que contaram em 2018 com 134 participantes.

13. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, o Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, além do serviço de auditoria externa, foram contratados os serviços de emissão de carta conforto no âmbito da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, contratado em 13 de dezembro de 2018, no valor de R\$168 mil (incluindo impostos) e emissão de laudo de avaliação contábil ao acervo líquido da adquirida SLC Alimentos Ltda., contratado em 08/01/2019, no valor de R\$17 mil (incluindo impostos). O montante destas contratações representam 8,18% do total de honorários de auditoria externa global do exercício. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que:

- (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência;
- (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;
- (iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da EY, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência; e
- (iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Circulante, Controladora, Consolidado, Nota, and dates. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

Table with 10 columns: Saldo em 28 de fevereiro de 2017, Capital social, Gastos com emissão de ações, Reservas de capital, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Camil Alimentos S.A. ("Camil" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, "Grupo") tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de arroz, feijão, pescados e açúcar.

Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue: Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

2.6. Receita de contrato com cliente: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Uraguay: Camilamit S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A., Camil Uruguay Sociedades Nacionales - SAMAN, Arroz Uruguayo S.A. - Arrozur, Tacua S.A., Agencia Marítima Sur S.A., Comisaco S.A., Galfer S.A., Chile: Empresas Tucapel S.A., Argentina: Envasador Alimentos S.A.C., Envasadora Arequipa S.A.C., Argentina (*): La Loma Alimentos S.A., Brasil: Ciclo Logística Ltda., SLC Alimentos Ltda. (**)

2.7. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro tributável ou o lucro ou prejuízo fiscal.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

Table with 5 columns: Receita líquida de vendas e serviços, Custos das vendas e serviços, Lucro líquido do exercício, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

Table with 5 columns: Receitas, Insuamos adquiridos de terceiros, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração de capitais de terceiros, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Table with 2 columns: Alíquotas, ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, etc.



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedores e produtores, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (reclassificação de ganhos e perdas acumulados de instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; • O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) O Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão atrasados há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em uma hedge efetiva, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios da NBC TG 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, com exceção de empréstimos e financiamentos com características que os tornam passivos ao valor justo por meio do resultado. Quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação ou o passivo é extinto, ou seja, quando a obrigação é especificada no contrato por liquidação, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.11. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com hedge accounting durante os exercícios finais em 28 de fevereiro de 2019 e 2018. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento prático, e prontamente convertíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. **2.13. Estoques:** Os estoques são avaliados pelo método de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custodia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada. No Uruguai, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebradas entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidas mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz"). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda (preço FOB) obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra agrícola uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida para as indústrias, o que ocorre normalmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente. Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo. **2.14. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda acumulada e reconhecer o valor recuperável da Companhia em cada uma das demonstrações de resultado. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.15. Imobilizado:** Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção ao longo do tempo é realizada em um ativo contábil imobilizado, os critérios de reconhecimento foram satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Taxas anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Prédios.....	4%	10%
Móveis e equipamentos.....	10%	16%
Máquinas e utensílios.....	10%	10%
Veículos.....	20%	17%
Instalações.....	10%	12%
Benefícios.....	4%	9%
Computadores e periféricos.....	20%	20%

	Taxas anuais de amortização	
	Controladora	Consolidado
Software.....	20%	15%
Relacionamento com clientes.....	17%	14%
Contrato de não competição.....	20%	20%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício final em 28 de fevereiro de 2019 em relação às taxas praticadas no exercício anterior. **2.16. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo de atividade antes de ficar disponível para uso são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros pagos são apresentados na categoria de pagamentos conforme facultado pela NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)). **2.17. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio aduzido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs. **2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.19. Provisões: Geral: Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisões são classificadas como circulates quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulates. A provisão é registrada quando há uma obrigação legal ou constituída por todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.20. Debêntures:** Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.21. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão que concedeu o benefício e de que serão recebidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.22. Arrendamentos mercantis: A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não há razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, quando existentes, são reconhecidos como despesa no resultado de acordo com o método de linha linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.23. Benefícios a empregados:** Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, inclusive, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos resultados. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.24. Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de acordo com a NBC TG 09/CPC 09 e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS. **2.25. Pagamento baseado em ações:** A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme NBC TG 10 (R3)/CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com base em tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa nº 19. **2.26. Novas normas, alterações e interpretações de normas em vigor:** O Grupo, a partir deste exercício, adotou as seguintes normas: IFRS - Instrumentos Financeiros; Norma emitida pelo IASB em julho de 2014, substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e foi traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros (pronunciamento técnico CPC 48). As principais mudanças são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Companhia concluiu que a norma impactou na mensuração da provisão para devedores duvidosos, todavia, o impacto foi irrelevante em sua aplicabilidade. NBC TG 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente: Norma emitida pelo IASB em maio de 2014 e traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente (pronunciamento técnico CPC 47). Tem como objetivo prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Substitui as normas IAS 11 e IAS 18, assim como sua interpretação. A Companhia, indústria do setor alimentício, identificou que os novos critérios de mensuração e reconhecimento de receita gerou impacto nas devoluções de vendas, porém o montante foi ínfimo quando comparado às práticas contábeis já adotadas. Importante destacar que a receita líquida da Companhia é historicamente reconhecida deduzindo os descontos de instrumentos financeiros. Norma emitida pelo IASB em julho de 2014, substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e foi traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros (pronunciamento técnico CPC 48). As principais mudanças são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Companhia concluiu que a norma impactou na mensuração da provisão para devedores duvidosos, todavia, o impacto foi irrelevante em sua aplicabilidade. NBC TG 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente: Norma emitida pelo IASB em maio de 2014 e traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente (pronunciamento técnico CPC 47). Tem como objetivo prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Substitui as normas IAS 11 e IAS 18, assim como sua interpretação. A Companhia, indústria do setor alimentício, identificou que os novos critérios de mensuração e reconhecimento de receita gerou impacto nas devoluções de vendas, porém o montante foi ínfimo quando comparado às práticas contábeis já adotadas. Importante destacar que a receita líquida da Companhia é historicamente reconhecida deduzindo os descontos de instrumentos financeiros. Norma emitida pelo IASB em julho de 2014, substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e foi traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros (pronunciamento técnico CPC 48). As principais mudanças são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Companhia concluiu que a norma impactou na mensuração da provisão para devedores duvidosos, todavia, o impacto foi irrelevante em sua aplicabilidade. NBC TG 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente: Norma emitida pelo IASB em maio de 2014 e traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente (pronunciamento técnico CPC 47). Tem como objetivo prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Substitui as normas IAS 11 e IAS 18, assim como sua interpretação. A Companhia, indústria do setor alimentício, identificou que os novos critérios de mensuração e reconhecimento de receita gerou impacto nas devoluções de vendas, porém o montante foi ínfimo quando comparado às práticas contábeis já adotadas. Importante destacar que a receita líquida da Companhia é historicamente reconhecida deduzindo os descontos de instrumentos financeiros.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações a serem adotadas a partir do próximo exercício: A partir de 01 de janeiro de 2019 entrarão em vigência a nova norma IFRS 16 - Leases e a nova interpretação IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments. Seguem as considerações da Companhia sobre a aplicabilidade e impacto das referidas normas nas demonstrações financeiras a partir de 1 de março de 2019 (data início do próximo exercício social): NBC TG 16 (R)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil: Norma emitida pelo IASB em janeiro de 2016, substitui a IAS 17 - Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27. Foi traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (pronunciamento técnico CPC 06 (R2)). As principais mudanças são: (i) Equiparações das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e o valor do ativo relevante, passarão a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente; (ii) As despesas de arrendamentos deixarão de ser reconhecidas de forma linear. O resultado será impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo. De acordo com o diagnóstico feito pela Companhia, o principal impacto desta norma será reflexo dos contratos de arrendamento de imóveis associados às plantas industriais e do imóvel onde está situada a sede administrativa, devido à vigência dos contratos. O montante inicial estimado do registro do ativo de direito de uso e sua contrapartida no passivo de arrendamento é de R\$81.394. Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de despesas de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos. Para o consolidado estima-se o impacto patrimonial aproximado de R\$99.424. Dada a complexidade desse novo pronunciamento, certos temas ainda estão sendo discutidos no mercado. Assim, os valores acima apresentados podem sofrer alterações até a data inicial do exercício do primeiro trimestre do exercício subsequente. ITG 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017. Foi traduzida pela ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade) e divulgada pela CVM em 27 de dezembro de 2018, através da deliberação 804 que aprova e a torna obrigatória, para as companhias abertas. Esta interpretação do IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, bem como a incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas. Após avaliação prévia da Administração da Companhia, a mesma estima que não haverá impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como resultado da adoção desta norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. No caso de ágio (goodwill), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é recuperado para fins internos. Denúncia e revisão de vida útil de imobilizado e intangíveis: A vida útil de imobilizado e intangíveis são estabelecidas com base em premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas civis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como a experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado		
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Disponibilidades.....	1.343	2.912	33.527	25.713
Aplicações financeiras.....	310.684	238.226	331.775	250.753
	312.027	241.148	365.302	276.466

As disponibilidades financeiras são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 99,62% do CDI (98,89% em 28 fevereiro de 2018) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com Rating Nacional de Curto Prazo acima de F2 e Rating Nacional de Longo Prazo acima de A que, conforme agência Fitch Ratings, significam que estas detêm boa qualidade de crédito com baixo risco em suas operações. **5. Aplicações financeiras:**

	Taxa média	Controladora	Consolidado
		28/02/2019	28/02/2018
Circulante.....	100,00%	100,00%	100,00%
Investimentos em renda fixa, com carência.....	do CDI	31.242	406.305
		31.242	406.305
Não circulante.....	100,00%	100,00%	100,00%
Investimentos em renda fixa, com carência e bloqueio judicial.....	do CDI	217	31.865
		217	31.865
		31.459	438.170

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, os demais investimentos estão mantidos em instituições com boa avaliação de crédito e baixo risco no mercado financeiro.

6. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado		
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Títulos a vencer.....	448.621	401.528	670.019	595.151
Títulos vencidos até 30 dias.....	3.250	3.251	27.323	30.271
Títulos vencidos de 31 até 60 dias.....	561	835	6.702	1.890
Títulos vencidos de 61 até 90 dias.....	312	2.316	1.785	3.478
Títulos vencidos de 91 até 180 dias.....	2.669	2.647	3.449	3.454
Títulos vencidos há mais de 181 dias.....	3.216	6.883	9.965	10.968
	458.629	417.468	719.243	645.212
Descontos concedidos (a).....	(18.172)	(28.207)	(19.772)	(28.207)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(5.650)	(4.487)	(6.935)	(7.542)
	434.807	384.774	690.536	609.460

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais com clientes específicos. A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado		
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Saldo anterior.....	(28.207)	(29.497)	(28.207)	(29.497)
Adições.....	(158.634)	(183.633)	(165.861)	(183.633)
Reversões/Baixas.....	168.669	184.923	174.296	184.923
Saldo final.....	(18.172)	(28.207)	(19.772)	(28.207)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado		
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Saldo anterior.....	(4.487)	(10.290)	(7.545)	(13.057)
Variação cambial.....	-	-	(830)	2.767
Adições.....	(4.160)	(1.576)	(5.844)	(5.065)
Reversões.....	1.686	-	2.302	-
Baixas.....	1.311	7.379	2.482	7.810
Saldo final.....	(5.650)	(4.487)	(6.935)	(7.542)

7. Estoques:



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 Reflexos contábeis da alienação da participação societária La Loma Alimentos S.A. Após análise do CPC 31 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas, a Administração concluiu que, como a La Loma Alimentos S.A. não representava uma importante linha separada de negócios e não era operacionalmente relevante na Companhia, sua alienação está desqualificada no critério de relevância para apresentação como operação descontinuada no balanço patrimonial, demonstração do resultado e fluxos de caixa. Todavia, seguem as informações financeiras na data da alienação, da referida subsidiária alienada, como informação suplementar:

a) Balanço Patrimonial

	28/02/2019	28/02/2018
Caixa e equivalentes de caixa	779	779
Contas a receber	4.319	9.872
Estoques	3.508	3.508
Tributos a compensar	245	245
Outros créditos	3.297	3.297
Imobilizado	22.200	22.200
Total do ativo	33.148	33.148
Fornecedores	5.233	5.233
Empréstimos e financiamentos	12.165	12.165
Obrigações sociais	121	121
Tributos a recolher	325	325
Outras contas a pagar	35	35
Total do passivo	17.883	17.883

b) Demonstração do Resultado

	31/08/2018	31/08/2017
Receita líquida de vendas e serviços	21.913	13.456
Custos das vendas e serviços	(15.344)	(10.912)
Lucro bruto	6.569	2.544
Despesas (despesas) operacionais	(1.694)	(1.516)
Despesas gerais e administrativas	(1.443)	(966)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	3.432	62
Despesas financeiras	(11.511)	(1.723)
Receitas financeiras	4.975	643
Resultado financeiro líquido	(6.536)	(1.080)
Resultado antes dos impostos	(3.104)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social	(3.104)	(1.018)
Prejuízo líquido do exercício	(3.104)	(1.018)

c) Fluxos de Caixa

	31/08/2018	31/08/2017
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(7.868)	(1.822)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(649)	(652)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	8.565	2.363
Varição de caixa e equivalentes de caixa	312	(54)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	360	(165)

	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obra em andamento	Outros	Total
Consolidado							
Combinação de negócios SLC							
Alimentos	4.607	53.444	93.936	43	569	2.058	154.657
Aquisições	364	6.674	2.015	84.976	71.503	20.008	185.540
Baixas	(1.722)	(5.267)	(12.201)	(288)	(918)	(9.710)	(30.106)
Baixas - São Gonçalo (a)	(15.105)	(70.660)	(66.868)	(1.950)	(49)	(43)	(154.583)
Provisão para reestruturação (b)	(299)	(3.446)	(436)	(49)	(43)	(43)	(4.737)
Transferências	5.893	27.397	53.877	(82.947)	6.635	(10.855)	(2.813)
Reclassificações (*)	13.772	(13.772)	(2.813)				(2.813)
Saldo em 28/02/2019	114.604	476.419	1.088.970	4.159	123.122	95.987	1.903.261
Depreciação							
Saldo em 28/02/2018	(149.645)	(657.982)	(2.015)	(43.202)	(2.081)	(47.220)	(850.299)
Varição cambial	(6.762)	(38.377)					(45.139)
Combinação de negócios SLC							
Alimentos	(14.075)	(25.854)		(1.238)			(41.167)
Depreciação	(17.401)	(68.177)		(9.994)			(95.572)
Baixas	2.576	9.046		8.458			20.080
Baixas - São Gonçalo (a)	29.414	53.962					83.376
Transferências	(56)	(430)			486		(400)
Reclassificações (*)	(155.949)	(727.812)			(47.671)		(931.432)
Saldo em 28/02/2018	114.740	283.220	329.233	2.375	52.295	41.205	823.040
Saldo em 28/02/2019	114.604	320.470	361.158	4.159	123.122	48.316	971.829

*Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível. a) As baixas da Companhia são justificadas principalmente pela migração das atividades operacionais da unidade de São Gonçalo, localizada no estado Rio Janeiro, para a unidade de Navegantes, localizada no estado de Santa Catarina, visando eficiência operacional. O saldo contábil do ativo imobilizado desta unidade era de R\$17.207 e, devido a intenção da Administração da Companhia e em consonância com a NBC TG 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, o montante de R\$39.939 foi registrado na rubrica de Bens Destinados à Venda, considerando o menor valor entre o valor justo, fundamentado por laudo elaborado por consultoria especializada, e o valor contábil. b) Adicionalmente a este fato, também houve reestruturação das atividades operacionais da unidade de Sertãozinho por Barra Bonita, ambas situadas no estado de São Paulo. O saldo contábil desta unidade era de R\$4.737, o qual foi integralmente provisionado para perda. As obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente, a ampliação da capacidade de armazenagem e de produção. Não houve mudança na vida útil dos ativos imobilizados durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019. A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$41.968 (R\$57.701 em 28 de fevereiro de 2018) que estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado registrados à rubrica "Máquinas e Equipamentos". A controladora Costeño Alimentos S.A.C. também possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia. A seguir, os saldos de garantia comparativos das controladas:

Empresa	Bens em garantia	28/02/2019	28/02/2018
Costeño Alimentos S.A.C.	Imóveis	47.324	41.926
Ciclo Logística Ltda.	Veículos	-	137
		47.324	42.063

12. Intangível:

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamentos com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Consolidado							
Saldo em 28/02/2018	5.460	215.550	3.055	-	-	-	224.065
Aquisições	4	-	-	-	-	8.639	8.643
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.113)	-	(3.055)	-	-	-	(5.168)
Reclassificações (*)	6.246	-	-	-	(3.433)	-	2.813
Saldo em 28/02/2019	9.597	215.550	-	-	-	8.639	230.353

	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamentos com clientes	Contrato de não competição	Software em desenvolvimento	Total
Consolidado							
Saldo em 28/02/2018	8.450	273.179	280.777	3.949	-	-	566.355
Varição cambial	413	(1.176)	15.030	-	-	-	14.267
Combinação de negócios							
SLC Alimentos	1.422	34.884	25.271	6.555	1.554	-	68.386
Aquisições	1.227	-	-	-	-	8.639	10.066
Baixas	-	-	(737)	-	-	-	(737)
Amortizações	(2.531)	-	(3.235)	-	(78)	-	(5.844)
Reclassificações (*)	6.246	-	894	(894)	(3.433)	-	2.813
Saldo em 28/02/2019	14.127	306.887	321.235	6.375	1.476	5.206	655.306

Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível. O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

	UGC de grãos		UGC de açúcares		Total	
Consolidado						
Saldo em 28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Combinação de negócios						
SLC Alimentos	30.595	30.595	134.071	134.071	215.550	215.550
Aquisições	199.059	294.788	261.993	79.803	513.650	498.276
Baixas	123	14.674	5.301	6	14.803	8.515
Transferências	130.066	340.477	297.889	213.880	744.003	722.341
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 28/02/2019	50.884	752.967	586.767	134.071	321.235	280.777

	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obra em andamento	Outros	Total
Controladora							
Saldo em 28/02/2018	67.508	257.739	596.731	2.381	29.369	24.650	978.378
Aquisições	2	41	498	84.726	43.688	16.246	145.201
Baixas	(15.105)	(70.660)	(66.868)	(1.950)	(319)	(125)	(154.583)
Provisão para reestruturação (b)	(299)	(3.446)	(436)	(49)	(43)	(43)	(4.737)
Transferências	6.255	7.382	31.842	(82.947)	47.323	(9.855)	(2.813)
Reclassificações (*)	13.772	(13.772)	(2.813)				(2.813)
Saldo em 28/02/2019	58.660	207.975	543.162	4.160	115.249	30.873	960.079
Depreciação							
Saldo em 28/02/2018	(88.383)	(373.769)	(2.015)	(43.202)	(2.081)	(47.220)	(850.299)
Baixas	(9.575)	(39.582)		(1.422)	(50.107)		(100.579)
Baixas - São Gonçalo (a)	-	-	757	-	119	-	876
Transferências	3	(96)			93		(90)
Saldo em 28/02/2019	(68.541)	(358.728)	-	(19.160)	(446.429)	-	(862.758)
Saldo em 28/02/2018	67.508	169.356	222.962	2.381	29.369	6.700	498.276
Saldo em 28/02/2019	58.660	139.434	184.434	4.160	115.249	11.713	513.650

	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obra em andamento	Outros	Total
Consolidado							
Saldo em 28/02/2018	114.740	432.846	987.215	2.375	52.295	84.507	1.673.978
Varição cambial	5.827	18.512	49.114	(2.150)	10.022	81.325	146.648

Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (impairment) anualmente. Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2019 e 2018 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável. As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada uma das UGCs para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico dos países nos quais a Companhia possui operações. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas são:

• O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso. Os demais anos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de market share, receita, custos e capital de giro; • As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidade nesta métrica. A taxa de desconto antes de impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,49% (9,33% a.a. em 28 de fevereiro de 2018); • A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todas as UGCs para um período acima de cinco anos é de 5,0% (5,0% em 28 de fevereiro de 2018), a qual reflete a perspectiva de crescimento de preços da Companhia em relação à inflação futura anual (meta BCB) acrescida de uma parcela de crescimento real do negócio. As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos das UGCs, foram: grãos 4,6%, pescados 6,1% e açúcar 4,5%.

13. Fornecedores:

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Produtos - mercado interno	22.447	182.778	311.271	268.058
Produtos - mercado externo	24.034	15.295	29.749	18.440
Serviços	11.151	9.065	49.129	51.857
Fretes a pagar	2.133	17.112	28.646	19.630
Outros fornecedores	24.399	4.551	4.409	4.551
Total	284.004	228.808	423.204	365.134

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

a) Empréstimos e financiamentos:

	Taxa a.a. média ponderada 28/02/2019	Controladora	Consolidado
Capital de giro			
Moeda estrangeira (**)	3,05%	20.828	18.703
Moeda estrangeira (***)	4,40%	-	7.166
Moeda estrangeira (***)	6,90%	-	109.085
FINIMP - Moeda estrangeira	2,73%	-	384
FINAME	4,20%	-	2.916
FINAME	4,21%	41.968	54.401
Financiamento ativo imobilizado - moeda estrangeira	3,01%	-	50.176
Total		62.796	76.404

b) Debêntures: Abaixo a composição das debêntures em circulação:

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018	
Fevereiro/20	31.583	Fevereiro/19	31.153	Fevereiro/20	291.618
Fevereiro/21	8.793	Fevereiro/20	12.073	Fevereiro/21	74.968
Fevereiro/22	8.647	Fevereiro/21	10.137	Fevereiro/22	51.340
Fevereiro/23	7.912	Fevereiro/22	9.268	Fevereiro/23	14.403
Fevereiro/24	3.617	Fevereiro/23	7.913	Fevereiro/24	8.012
Após Fevereiro/24	2.244	Após Fevereiro/23	5.860	Após Fevereiro/23	8.380
Total	62.796	76.404	448.721	310.003	

Abaixo a movimentação ocorrida nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2019 e 2018:

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Saldo inicial	76.404	570.545	310.003	893.235
Combinação de negócios SLC Alimentos Ltda.	-	-	176.669	-
Captações	108.602	75.713	636.067	656.554
Apropriação de juros e variações monetárias e cambiais	6.666	19.162	48.217	45.354
Amortização de principal	(125.987)	(533.196)	(706.332)	(1.217.525)
Amortização de juros	(2.889)	(55.820)	(15.903)	(67.615)
Saldo final	62.796	76.404	448.721	310.003

Abaixo a movimentação ocorrida nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2019 e 2018:

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	
--	------------	------------	------------	--



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ações ordinárias	Quantidade		%	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Acionistas				
Camil Investimentos S.A.	76.275.413	7.381.038	62,25%	6,00%
Controladores e Administradores	7.381.038	39.057.841	6,00%	31,75%
VP XII e Fundo de Investimentos em Participações	39.057.841	123.017.292	31,75%	100,00%
Total	123.017.292	149.456.171	100,00%	100,00%

Após desdobramento:

Ações ordinárias	Quantidade		%	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Acionistas				
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	22.143.114	62,25%	6,00%
Controladores e Administradores	22.143.114	117.173.523	6,00%	31,75%
VP XII e Fundo de Investimentos em Participações	117.173.523	369.051.876	31,75%	100,00%
Total	369.051.876	410.051.876	100,00%	100,00%

Em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Composição acionária em 28 de fevereiro de 2019:

Ações Ordinárias	Quantidade		%	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Acionistas				
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	22.143.114	62,25%	6,00%
VP XII e Fundo de Investimentos em Participações	22.143.114	117.173.523	6,00%	31,75%
Franklin Templeton Investments (*)	117.173.523	369.051.876	31,75%	100,00%
Controladores e Administradores	19.034.364	5.821.571	4,64%	1,42%
Tesouraria	5.821.571	120.058.548	1,42%	24,27%
Ações em Circulação ("free float") (*)	120.058.548	410.051.876	24,27%	100,00%
Total	410.051.876	410.051.876	100,00%	100,00%

* As ações da acionista Franklin Templeton compõem o volume de ações em circulação que totaliza 120.058.548 ações ordinárias. b) Lucro por ação:

	28/02/2019	28/02/2018
Lucro líquido do exercício	362.387	250.665
Média ponderada de ações ordinárias (*)	404.456.791	410.051.876
Lucro líquido por ação	0,90	0,61

(*) A média ponderada de ações da Companhia desconsidera as ações de Opção adquiridas em função do Plano de Opção (Stock Options), durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019. Nesta data, o total de ações em tesouraria é de 5.821.571, conforme mencionado no item "d" desta nota explicativa.

c) IPO - *Initial Public Offering*: Em 25 de julho de 2017, a Companhia protocolou o pedido de registro de Companhia aberta e de sua oferta inicial de ações ("IPO" na sigla em inglês) junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), dando início ao processo de listagem e negociação das ações da Companhia no segmento do Novo Mercado da bolsa de valores de São Paulo - B3 - Bolsa, Brasil, Balcão ("B3"). A disponibilização do Prospecto Preliminar e do Aviso ao Mercado foi realizada pela Companhia em 30 de agosto de 2017. Em 28 de setembro de 2017, as ações da Companhia começaram a ser negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, sob a sigla "CAML3". O IPO consistiu em uma oferta primária de 41.000.000 de ações ordinárias ("Oferta Primária") e uma oferta secundária de 86.500.000 de ações ordinárias ("Oferta Secundária"). Após o encerramento do IPO, a Companhia continuou sendo controlada pela Camil Investimentos S.A. Os recursos brutos do IPO atingiram R\$1.147,5 milhões antes da dedução de comissões e despesas e R\$1.120 milhões líquidos após referida dedução. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária foram de, aproximadamente, R\$357 milhões, após a dedução das comissões e despesas estimadas. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições; (ii) internalização das atividades de empacotamento de açúcar; e (iii) reforço no capital de giro. Os recursos da Oferta Secundária foram integralmente destinados aos acionistas vendedores do IPO. A Companhia não recebeu quaisquer recursos provenientes da alienação das ações ordinárias no âmbito da Oferta Secundária.

Os gastos incorridos para emissão das ações até 28 de fevereiro de 2019, líquidos dos impostos, totalizou R\$12.380, os quais foram reconhecidos reduzindo o patrimônio líquido. d) Programa de recompra de ações: Em 12 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações, para aquisição de 5.821.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando as limitações da Instrução CVM 567. O objeto do programa de recompra é realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. O programa tem prazo de 6 meses, contados a partir de 13 de dezembro de 2017, tendo como termo final o dia 12 de junho de 2018 (inclusive). As instituições financeiras que atuaram como intermediárias do Programa de Recompra são: (i) Bank of America Merrill Lynch S.A., CVM; (ii) Bradesco S.A., CVM; (iii) Itaú Corretora de Valores S.A., I.P. Morgan CVM S.A., e Santander CVM S.A. A conclusão do programa de recompra ocorreu em 12 de junho de 2018. As ações adquiridas equivalem a 4,85% das ações em circulação e 1,42% do capital social da Companhia e totalizam R\$54.234 (R\$20.344 em fevereiro de 2018) e pagamento baseado em ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2017 foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Opção. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O Plano de Opção tem os seguintes objetivos: (i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos beneficiários contemplos do Plano de Opção; (iii) criar valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos beneficiários; (iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados. Preço das opções: Para as outorgas realizadas no exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, o Preço do Exercício de cada Opção será equivalente ao preço por Ação na oferta pública inicial de ações da Companhia da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) líquido dos Proventos Acumulados, corrigido pela variação do IPCA até a data do efetivo exercício da Opção. Para as Outorgas de Opções subsequentes, o Preço do Exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões da B3 imediatamente anteriores à Data de Opção, também corrigido pelo IPCA até o efetivo exercício da Opção. Exercício das opções: As Opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o vesting (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

A seguir a posição de opções outorgadas até 28 de fevereiro de 2019 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$2.787 (R\$725 em fevereiro de 2018):

Data da Outorga:	31/10/2017		12/12/2017		Total		Valor provisionado líquido em 28/02/2019
	Quantidade outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade outorgada	Valor provisionado bruto	Quantidade outorgada	Valor provisionado bruto	
Exercício das Opções							
20% - primeiro aniversário	575.512	567	588.802	387	1.164.314	954	629
30% - segundo aniversário	863.269	751	883.202	539	1.746.471	1.290	852
50% - terceiro aniversário	1.438.782	1.137	1.472.004	841	2.910.786	1.978	1.306
Total	2.877.563	2.455	2.944.008	1.767	5.821.571	4.222	2.787

As disposições que regem o Plano de Opção de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo I da ata da Assembleia inicialmente mencionada. f) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro: A Administração da Companhia fez duas deliberações de distribuição de proventos, através de Reunião do Conselho de Administração, sendo: a) primeira, realizada em 23 de agosto de 2018, a qual determinou o pagamento de juros sobre capital próprio sobre o lucro líquido do primeiro trimestre da Companhia, imputado líquido de imposto de renda e do dividendo obrigatório do exercício social no montante de R\$20.000, com valor bruto unitário de R\$0,04948 por ação. A liquidação financeira ocorreu em 11 de setembro de 2018. b) a segunda, realizada em 22 de novembro de 2018, a qual determinou o pagamento de juros sobre capital próprio relativos ao lucro líquido do segundo trimestre da Companhia, imputado líquido de imposto de renda ao valor do dividendo obrigatório do exercício social no montante de R\$45.000, com valor bruto unitário de R\$0,11132 por ação. A liquidação financeira ocorreu em 10 de dezembro de 2018. Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 28 de fevereiro de 2019:

	Controladora	Consolidado
	28/02/2019	28/02/2018
Resultado antes dos impostos	344.328	305.266
Alíquotas nominais de contribuição social pela taxa nominal	34%	34%
(Adições) exclusões permanentes	(117.072)	(103.790)
Equivalência patrimonial	32.448	24.060
Subvenção de JCMs	70.225	70.722
Pagamento de juros sobre capital próprio	22.100	22.100
Anistia encargos - adesão ao PRR (Furrral)	7.690	9.237
Outras exclusões permanentes	2.668	3.029
Valor registrado no resultado	18.059	(54.601)
Alíquotas efetivas	5,2%	17,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.811	12.811
Total pago através de JCP	65.000	65.000

g) Reserva de incentivos fiscais: Conforme embasamento legal da nota explicativa nº 8, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa e pescados, na mesma proporção, a subvenção de ICMS de R\$588.252, reconhecida da seguinte forma: (i) R\$78.896 relativos ao período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2018, contabilizados em 28 de fevereiro de 2018; (ii) R\$107.429 de subvenção de ICMS relativos ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019; (iii) R\$254.450 relativos aos créditos de ICMS presumidos dos períodos de 2013 a 2016, reconhecidos no exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, após conclusão da mensuração dos incentivos e retificação das obrigações acessórias destes exercícios; (iv) R\$147.468 relativos aos créditos atualizados gerados pela redução da base de cálculo do ICMS para operações interestaduais com arroz, conforme Convênio ICMS nº 190/17, referente aos anos de 2014 a 2017, também reconhecidos no exercício findo em 28 de fevereiro de 2019.

19. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação dos valores registrados ao resultado:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Resultado antes dos impostos	344.328	305.266	366.012	325.171
Alíquotas nominais de contribuição social pela taxa nominal	34%	34%	34%	34%
(Adições) exclusões permanentes	(117.072)	(103.790)	(124.444)	(110.558)
Equivalência patrimonial	32.448	24.060	1.493	(637)
Subvenção de JCMs	70.225	70.722	70.225	70.722
Pagamento de juros sobre capital próprio	22.100	22.100	22.100	22.100
Anistia encargos - adesão ao PRR (Furrral)	7.690	9.237	7.690	9.237
Outras exclusões permanentes	2.668	3.029	17.267	14.589
Valor registrado no resultado	18.059	(54.601)	(3.625)	(74.506)
Alíquotas efetivas	5,2%	17,9%	1,0%	22,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.811	12.811	12.811	12.811
Total pago através de JCP	65.000	65.000	65.000	65.000

Diferença temporária ativa

	Controladora	Consolidado
	28/02/2019	28/02/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.921	1.359
Provisão para participação nos resultados	2.943	2.943
Provisão para perdas de ICMS	411	461
Provisão para demandas judiciais	11.563	11.277
Provisão para perdas outros créditos a receber	4.379	4.379
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	2.656	1.629
Provisão para perdas de estoques	2.189	92
Provisão para perdas de créditos tributários	105	79
Provisão de descontos sobre vendas	2.404	4.874
Plano de opção de compra de ações	247	247
Provisão para perda com reestruturação	12.242	12.242
Outras provisões temporárias	3.554	1.596
Total	43.956	28.655

Diferença temporária passiva

	Controladora	Consolidado
	28/02/2019	28/02/2018
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	41.032	41.032
Sobre alocação a intangíveis	38.985	40.025
Sobre alocação a imobilizados	17.135	18.153
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	33.074	41.756
Custos a amortizar - debêntures	2.924	4.660
Diferimento sobre ajuste a valor justo - SLC Alimentos Ltda.	17.759	17.759
Outras diferenças temporárias	562	13.662
Total	133.712	145.626

Imposto de renda e contribuição social diferido líquido

	Controladora	Consolidado
	28/02/2019	28/02/2018
Passivo não circulante	89.756	116.971
Reconciliação imposto de renda e contribuição social diferidos lançado no resultado:	128.811	137.843

Ativo diferido	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Passivo diferido	43.956	28.655	15.301	11.914
Patrimônio líquido diferido (provisão stock option)	(133.712)	(145.626)	(1.435)	(1.435)
Imposto diferido registrado no resultado do exercício	1.435	1,435	28.650	28.650

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Ativo diferido	53.687	32.904	20.783	20.783
Passivo diferido	(182.498)	(170.747)	(11.715)	(11.715)
Patrimônio líquido diferido (provisão stock option)	1.435	1,435	1.435	1,435
Constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre ajuste a valor justo - SLC Alimentos Ltda.	17.759	17,759	17.759	17,759
Variação Cambial	-	-	28.226	1.436
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício	-	-	29.662	29.662

20. Receita líquida de vendas e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Receita bruta de vendas				
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	3.711.706	3.879.771	4.900.465	4.826.285
Vendas de mercadorias no mercado externo	134.964	108.307	602.560	609.102
Total	3.846.670	3.988.078	5.503.025	5.435.387

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(311.099)	(331.260)	(357.296)	(367.401)
Devoluções e abatimentos	(298.686)	(321.125)	(396.904)	(405.046)
Total	(609.785)	(652.385)	(754.200)	(772.447)
Total	3.236.885	3.335.693	4.748.825	4.662.940

21. Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(2.434.625)	(2.532.241)	(3.527.068)	(3.512.469)
Despesas com vendas	(411.854)	(363.127)	(631.177)	(543.576)
Despesas gerais e administrativas	(211.184)	(177.383)	(292.867)	(238.629)
Total	(3.057.663)	(3.072.751)	(4.451.052)	(4.294.674)

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Despesas por natureza				
Matéria-prima e materiais	(2.128.876)	(2.207.825)	(2.936.865)	(2.914.557)
Serviços de terceiros	(105.112)	(104.937)	(143.277)	(142.900)
Manutenção	(7.556)	(68.954)	(83.918)	(81.909)
Pessoal	(260.128)	(252.090)	(450.738)	(406.620)
Fretes	(272.103)	(238.610)	(403.643)	(352.665)
Comissões sobre vendas	(16.147)	(18.586)	(23.762)	(24.806)
Energia elétrica	(27.080)	(28.437)	(47.134)	(43.724)
Depreciação e amortização	(55.747)	(55.733)	(101.416)	(90.213)
Locação	(25.723)	(24.075)	(49.318)	(60.184)
Impostos e taxas	(9.742)	(7.542)	(24.938)	(18.809)
Despesas com exportação				



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 28 DE FEVEREIRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia na data base de 29 de março de 2019. c) **Aprovação do novo programa de recompra:** Em 1 de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, no âmbito das outorgas já realizadas sob o plano de opção de compra de ações, bem como para manutenção da tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O Conselho de Administração justifica sua decisão pela plena capacidade da Companhia para pagamento dos compromissos financeiros assumidos e

pelo fato de que as operações da Companhia são fortes geradoras de caixa. O novo programa de recompra prevê o limite de aquisição de 3.565.275 ações ordinárias até 1 de outubro de 2019. d) **Oitava emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações:** Em 16 de abril de 2019, a Companhia concluiu a oitava emissão de Debêntures conforme "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A." no valor R\$600.000. As Debêntures são vinculadas a Certificados de Recebíveis do

Agronegócio (CRA), sendo R\$271.527 vinculados à Série A, com juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI, vencíveis em 17 de abril de 2023, e R\$328.473 vinculadas à Série B com juros remuneratórios correspondentes a 101% da Taxa DI, vencíveis em 15 de abril de 2025. Os recursos líquidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia junto a fornecedora Raizen Energia S.A.. O contrato prevê o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinco centésimos).

DIRETORIA

LUCIANO MAGGI QUARTIERO - Diretor Presidente

CONTADORA

BRUNA CARLA NEPOMUCENO GUERRA - CRC 1SP242432/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Camil Alimentos S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A. (ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 28 de fevereiro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. a) **Reconhecimento de receita:** O processo de reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas envolve um número elevado de controles com o objetivo de se assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência corretos, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar a receita de produtos faturados e não entregues, cujo registro poderia ser reconhecido na competência incorreta. *Como nossa auditoria endereçou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos-chaves relacionados ao processo de venda, envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes, análise dos documentos de venda visando confirmar a data da entrega dos produtos para uma amostra das receitas reconhecidas ao longo do ano. Como resultado destes procedimentos, foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno complementar de determinadas receitas e custos reconhecidos pela Companhia durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos considerando as expectativas obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia, além de tendências e sazonalidade da operação aplicáveis ao setor. Como resultado destes procedimentos, foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de reversão da receita reconhecida, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da entidade, bem como as respectivas divulgações incluídas na nota explicativa 2.6, são aceitáveis para suportar as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo. b) **Cláusulas restritivas sobre debêntures - "covenants":** Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$980.138 mil (saldo individual e consolidado) em debêntures. Sobre essas debêntures é exigido o cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são baseadas, principalmente, em índice de dívida líquida/EBITDA. O descumprimento de qualquer um desses covenants contidos no instrumento particular das debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado dessas obrigações, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o acompanhamento do cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria. A Companhia monitora constantemente o cumprimento dos covenants. As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na nota explicativa nº 14 b) as demonstrações financeiras. *Como nossa auditoria endereçou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento detalhado dos termos que determinam as cláusulas restritivas incluídos nos instrumentos particulares de debêntures firmados junto aos agentes fiduciários; (ii) o teste matemático das premissas determinadas nos instrumentos particulares para o cálculo dos covenants e a verificação do seu respectivo cumprimento em 28 de fevereiro de 2019; (iii) procedimentos de confirmação dos saldos e correspondentes datas de vencimento junto aos agentes fiduciários; e (iv) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento com debêntures e correspondentes cláusulas contratuais restritivas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14 b), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras. c) **Recuperabilidade de ágio ("goodwill") gerado em combinações de negócios:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). A Companhia apresenta, conforme nota

explicativa 12, um saldo de ágio de R\$306.887 mil no consolidado, representando aproximadamente 7% do total do ativo consolidado em 28 de fevereiro de 2019. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria endereçou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, margem de lucro de todas as Unidade Geradora de Caixa (UGC). Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do *goodwill*, incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. d) **Provisões para demandas judiciais - tributárias, civis e trabalhistas:** Conforme divulgado na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, civil e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas. O ambiente legal e tributário no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente na determinação de provisões para diversas demandas judiciais. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria endereçou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da Administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, civis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. e) **Combinação de Negócios - Aquisição da SLC Alimentos:** Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 3 de dezembro de 2018, a Companhia conduziu o processo de aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerentes aos processos de combinação de negócios, que envolvem, determinação da data de aquisição, bem como na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio apurado. *Como nossa auditoria endereçou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle da SLC Alimentos S.A. pela Companhia; ii) envolvimento de nossos especialistas em avaliação de empresas para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado; iii) análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados; iv) revisão do cálculo de determinação do ágio preliminar apurado na transação e avaliação das adequadas divulgações efetuadas pela Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a combinação de negócios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, são aceitáveis, e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos: Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da

Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de maio de 2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Douglas Travaglia Lopes Ferreira
Contador - CRC-1SP218313/O-4